



**ATA N.º 3/2014**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**  
**MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA**  
**EM 27 DE JUNHO DE 2014**

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de dezasseis de junho de dois mil e catorze, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**
- PONTO 2 - Análise, discussão e votação da Proposta da Lista de Juizes Sociais 2014/2016;**
- PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado, destinado ao preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Técnico Superior (Economia/Gestão) – Recrutamento Excecional;**
- PONTO 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Nomeação do Revisor Oficial de Contas;**
- PONTO 5 – Cumprimento do n.º 2 do Artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal – Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação;**
- PONTO 6 – Intervenção da Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados e discussão sobre o encerramento de Serviços no Tribunal de S. João da Pesqueira.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando os presentes agradeceu a amabilidade dos Membros que constituem este órgão por terem aceite a introdução do ponto 6, permitindo que a Senhora Bastonária pudesse fazer parte integrante desta reunião.

Procedeu seguidamente à chamada dos Membros que constituem a Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência justificada da Senhora primeira secretária da Mesa Lurdes Veiga. Para a substituir convidou o Senhor José Carlos Cabral.

Reunidas as formalidades legais, iniciaram-se os trabalhos com a apresentação de uma proposta de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel António Pacheco Aguiar que passou a ler e se transcreve: "O que fazemos para nós mesmos morre connosco o que fazemos para os outros e para mundo permanece imortal. O nosso ilustre conterrâneo o Senhor Aguiar em vida também não se limitou a viver para si, exerceu uma cidadania ativa, não negligenciando os seus deveres cívicos, sociais e humanitários ao desempenhar variadas funções. Detentor de um espírito empreendedor soube, nas suas diferentes atividades profissionais promover a economia do concelho, divulgando o nosso ex-libris o vinho do Douro." Esta Assembleia agradece a este filho da terra e apresenta as condolências à família,

pretendendo que este voto de pesar seja transmitido aos enlutados. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Ainda em sua homenagem foi feito um minuto de silêncio.

Posto isto, colocou à discussão a aprovação da ata da reunião anterior da qual se dispensou da sua leitura, por ter sido remetida a todos os elementos. Foram abertas as inscrições para qualquer esclarecimento ou correção à mesma. Intervieram para retificação de alguns pormenores, as Senhoras Marcolina Sequeira, Maria Helena e os Senhores Paulo Bito, Joaquim Monteiro e Silva Fernandes.

Devidamente esclarecidos, o Senhor Presidente da Assembleia admitiu que a transcrição das intervenções procurou que fossem o mais fidedignas possível, mas que sempre pode falhar algo devido a serem bastante longas. Frisou que se está a discutir a aprovação de um documento, precisamente para que sejam afinados certos pontos, no qual prevaleçam as ideias que cada um defendeu e corrigidos alguns aspetos. Colocada à votação a ata foi aprovada por unanimidade. Continuou dando conhecimento da correspondência recebida. Deu destaque à receção de uma obra intitulada "Ser Autarca Missão e Desafios" de autoria do Professor Doutor Sidónio Pardal, informando que a mesma irá ficar arquivada e disponível para consulta de quem o pretender.

Informou ainda que a Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados chegará por volta das 17h, fará a sua intervenção, havendo espaço para que a mesma seja questionada sobre as dúvidas ainda subjacentes. Providenciou, junto do Senhor Presidente da Câmara, para que seja servido um Porto de Honra, como forma de agradecimento e um gesto simpático da autarquia. Caso estejam concluídos todos os pontos agendados, dará como encerrada a reunião, caso contrário e, após a partida da Senhora Bastonária, os trabalhos serão retomados.

#### **Período Antes da Ordem do Dia**

Pretenderam intervir as Senhoras Maria Helena, Marcolina Sequeira, Lourdes Marinho e os Senhores Vítor Tomé, Silva Fernandes, Eduardo Coelho, Joaquim Monteiro, António Balça e Paulo Bito, tendo sido aceites as inscrições.

Tomou a palavra a Senhora Maria Helena para registar com agrado a participação da Câmara Municipal no Dia Mundial da Criança e a forma positiva como a efetivou em todas as Escolas do Agrupamento. Considerou que o objetivo foi atingido plenamente, conseguindo aliar a componente recreativa à componente pedagógica. A visita ao Museu do Côa foi um ponto alto dessas atividades, salientando que os passeios escolares devem enriquecer os alunos e dar-lhes mais e novos conhecimentos. Deixou no entanto um pequeno reparo. As turmas não deveriam ter sido separadas e devem responsabilizar-se os encarregados de educação no acompanhamento dos filhos. Devem trazer os seus educandos e virem buscá-los no final do passeio. Não se deve abrir precedentes, pois corre-se o risco de um dia os Professores terem de os ir buscar a casa. Aproveitou a sua intervenção para se informar junto do Senhor Presidente da Câmara sobre a possibilidade, ou não, de encerramento de algumas Escolas e Jardins de Infância no concelho. No distrito de Viseu vão encerrar cerca de cinquenta e sete Escolas, essas atitudes acarretam consequências graves de isolamento e votação ao esquecimento das zonas do interior. Colocou a hipótese de não sendo obrigatória a escolaridade no ensino pré-escolar, correr-se o risco de os

pais poderem ponderar a hipótese de deixar os filhos entregues aos avós, a outros familiares ou encontrar novas soluções, a fim de evitar que as suas crianças, tão pequeninas, se levantem tão cedo para serem transportadas em autocarros uma série de quilómetros.

O Senhor Vítor Tomé cumprimentou os presentes solicitando que lhe fosse permitida a distribuição de um documento informativo que gostava de discutir e dar a conhecer aos Membros da Assembleia. Enquanto isso, elogiou a forma como decorreram as festas de São João, parecendo-lhe terem sido melhor organizadas e preparadas que as anteriores. Estas apresentaram um programa de bom nível, com o leque mais alargado, mais qualidade e mais benéfico para o desenvolvimento do comércio local. Abordou de seguida outro assunto no que respeita ao estado em que se encontra a rua do chão da Pereira. Na sua qualidade de elemento da Assembleia Municipal e quando alguém o aborda, procura ir verificar ao local a veracidade dos casos. Dirigiu-se à referida rua, verificando que uma parte não está asfaltada, o que transforma a via num autêntico lamaçal quando chove. A rua situa-se na zona habitacional da vila e serve imensa gente. Passa esta informação por entender ser esse o seu dever de colaboração na defesa do bem comum. De seguida e considerando o documento distribuído focou a sua atenção num anúncio de 50 milhões de euros, a serem gastos na via navegável do Douro e divulgado pelo Senhor Secretário de Estado dos transportes em Alijó. Este presidiu à assinatura do contrato e requalificação do cais do Pinhão que vai importar num milhão de euros. Tendo o concelho 25% de via navegável do Douro dever-se-ia ter um investimento sobre as obras a realizar também de 25%. Observa que o Pinhão tem já um bom cais, sendo agora contemplado com outro projeto de um novo cais flutuante com 84 metros, e capacidade para acolhimento de um barco hotel. Neste concelho só acosta a Cruise Europa sendo que a Douro Azul nem sequer acosta. Se todos tivessem possibilidade de atracar, trariam sempre 150 a 200 pessoas que poderiam visitar o concelho. Não tendo condições para que isso aconteça, é uma fonte de economia que se perde. Questiona o Senhor Presidente da Câmara se tem conhecimento desse investimento e se se está englobado em algum dos 17 projetos "lançados". Lembra que a via terrestre é uma lástima. Faz votos para que o heliporto e o aeródromo sejam uma realidade, pois o concelho tem potencial para receber os turistas sendo estes uma mais-valia.

A Senhora Marcolina Sequeira referiu-se ao programa de televisivo Verão Total realizado recentemente reconhecendo a importância e a finalidade de promoção da nossa terra e a melhoria de qualidade relativamente ao ano anterior. Deu relevo às imagens paisagísticas visionadas que considerou ótimas. Quanto à ideia da apresentação de figuras da terra, entendeu ter de haver mais cuidado perante a televisão sobre o conteúdo que vão emitir. Ficou triste e incomodada com a peça em que a "televisão" apresentou o Senhor Abel Ferrador como sendo uma figura caricata do concelho. Entendeu que tendo este Senhor um percurso de vida exemplar, não deveria ter sido assim apresentado. Referindo-se ao arranjo das rotundas, entende que piorou o aspeto. A colocação dos bardos de vinha, embora sejam temáticos, e emblemáticos do concelho, na sua perspetiva seria mais belo direcionar-se para arranjos florais que, embora mais efémeros, são mais bonitos. Numa das rotundas esqueceram-se de que a nogueira e a figueira são também árvores autóctones da região.

O Senhor Silva Fernandes realçou que o Senhor Secretário de Estado e o Professor Emídio Gomes da CCDRN tiveram a amabilidade de estar presentes

em dois jantares no Porto numa das Associações de que já fora Presidente muitos anos e da qual ainda é Membro da Assembleia Geral. Tivera o cuidado de convidar o Senhor Presidente da Câmara e os responsáveis do PSD, do PS e do PNT. Em circunstâncias informais revelaram-se muitas coisas. A orientação dos fundos comunitários 2014/2020 foram aí divulgadas bem como as contas homologadas em fevereiro. Está-se em junho pelo que poderiam ser do conhecimento público do concelho de São João da Pesqueira a orientação que vai ser dada aos gastos dos fundos comunitários que não são nem de perto nem de longe aquilo que têm sido até agora. Durante algum tempo levantou o problema da placa identificativa do concelho de São João da Pesqueira, colocada no lugar das Bateiras, por se manter torta, até que finalmente desapareceu. Entra-se no concelho de São João da Pesqueira neste momento sem se saber onde se está não havendo nenhuma indicação. A placa pertencia ao Instituto das Estradas de Portugal mas retiraram-na, alertando o Senhor Presidente para esse facto. Fez referência às passadeiras construídas na reta das Dessarges sendo da opinião que poderia ter sido utilizada a colocação sinalética luminosa. Além de passadeiras, são lombas e de noite, conduzindo-se com alguma velocidade, não existe sinalização, correndo-se o risco de problemas graves. Considerou que a intervenção seguinte será das mais importantes que terá desde sempre nesta Assembleia. Ela reflete o conhecimento concreto e diário do défice democrático do concelho, eventualmente igual a outros. Fora abordado, há cerca de oito dias, por um senhor, que conhece de vista, mas não sabe o nome, que o interpelou desta forma "desculpe lá, o Senhor é da Câmara. Podia resolver um problema que foi prometido há tanto tempo e nunca mais fizeram?" Esclareceu o senhor que não era da Câmara, mas sim da Assembleia Municipal. Constatou que o Senhor não fazia a mínima ideia do que era uma Assembleia e o que era uma Câmara. Ouviu o Senhor e este referiu "é que prometeram iluminar os Lameiros e nunca mais fizeram nada e aquilo continua sem iluminação". Explicou ao Senhor que, como Membro da Assembleia colocaria o problema mas precisava da sua identificação. Surpreendeu-o o facto da pessoa não querer que se soubesse que fora ele quem o dissera. Esta postura fê-lo refletir sobre se é esta a democracia que a gente quer. Questionou se a zona dos Lameiros vai ser iluminada ou não, comprometendo-se, quando encontrar o senhor, dar-lhe essa informação. Quanto ao problema das Fundações ficou surpreendido porque no censo que foi concluído em março de 2012, registou 713 Fundações, das quais 135 criadas por entidades públicas e 578 privadas. No respeitante a entidades públicas a lista divulgada pelo governo contém quatro entradas repetidas, sendo que duas pertencem ao Município de São João da Pesqueira. Questionou o que é a Fundação de Municípios de São João da Pesqueira que aparece registada com o número 104. Perguntou qual o seu objeto, quem preside à Fundação e quais as pessoas que integram esse órgão. Questionou ainda sobre uma reunião do Conselho Económico e Social, no passado dia 28 de maio, na qual reuniram representantes das autarquias, pretendendo saber quais os assuntos tratados e informações relacionadas com o Douro. Sobre uma entrevista concedida pelo Senhor Presidente à revista "Descubra o Norte de Portugal", na qual considerava essencial estabelecer parcerias com privados para o desenvolvimento do concelho, concretamente no âmbito turístico, gostaria de saber se foram feitas algumas parcerias, em que áreas e com quem foram estabelecidas. Informou ter sido também constituída uma Associação dos



Municípios Inteligentes no Porto, sendo que São João da Pesqueira não aparece, continuando a não se estar presente.

O Senhor Eduardo Coelho cumprimentou os presentes colocando um assunto que neste momento está a causar algum transtorno na sua freguesia. Devido à abertura das candidaturas 2014/2020, candidatou-se a algumas, tendo de pedir cartas militares da área da sua freguesia, verificando que a sua freguesia está reduzida praticamente a metade. Quer saber quem são os responsáveis, uma vez que metade passou para a freguesia de Soutelo e a outra metade passou para a freguesia da Pesqueira. Os agricultores pedem-lhe para proceder a arranjos dos caminhos que neste momento não pertencem à sua freguesia, mas que eram propriedade da mesma. Perguntou quando foi feita essa alteração, quem são os responsáveis e o porquê. Se existiam esses terrenos registados em nome da freguesia com matriz de Nagoselo do Douro, o porquê de terem passado para Soutelo do Douro e São João da Pesqueira? Como deve proceder? Quando efetuar obras de recuperação manda a fatura a Soutelo ou a São João da Pesqueira? Tem que compor os caminhos e os outros é que recebem as verbas? Recentemente fizeram arranjos nos quais houve participação da Câmara, mas também teve de assumir alguma despesa, tendo sido a obra feita no Concelho de São João da Pesqueira.

O Senhor Joaquim Monteiro tomou a palavra querendo ser rápido, compreendendo a situação de que a Senhora Bastonária virá às cinco horas, mas a política também é feita de compromissos. Quando existem compromissos, devem-se cumprir e sinceramente está a ficar cansado de falar sempre nas mesmas coisas. "Desculpem que vos diga, pela amizade que vos tenho, mas o executivo tem cumprido muito pouco, no que toca à freguesia de Ervedosa do Douro". Reforçando o defendido pelo Senhor Vítor Tomé relembra que em reuniões anteriores alertara para o fato de os investimentos serem mais afetos ao Pinhão, todos os concelhos limítrofes e com margens do Rio Douro têm os seus cais devidamente reforçados com infraestruturas e o concelho da Pesqueira não tem nada. Nas Bateiras, com a foz do Rio Torto esplêndida para ser explorada e dignificar a entrada no concelho, nada é feito. Acredita que o Executivo não gosta da freguesia de Ervedosa. Deve ser estigma, porque antigamente era considerada uma terra de doutores, hoje são todos pobres, por essa razão solicita que façam algo visível. Desde os placards até às zonas envolventes ao Rio Douro, nada se concretizou. Com quatro anos e meio, para além do pagamento às máquinas para arranjos dos caminhos, mais nada é visível. Relembra os trabalhos a realizar nas fossas dos Casais, Sarzedinho e do Chão da Canelha. Não sabe quais são os contratos com a Associação de Águas de Trás os Montes, mas o que é feito é imputável a quem? Pediu para que, ao menos, pensem na zona do Tronco. A Junta comprou o terreno e não lançam a obra, já lá vão quatro anos. Solicitou para que não o enganem, nem o entretenham. Gosta de fazer política, mas também gosta de dizer que cumpre e, quando não pode também sabe dizer que não. Gostou das marchas, sendo no entanto de opinião que as freguesias deviam enriquecer as atividades não só nas marchas, mas também na colaboração em outras atividades. Reparou terem sido convidados todos os Presidentes de Junta para integrar a procissão e só terem aparecido três. Isso realmente não dignifica. Pensa que o São João é a festa do concelho, devendo ser aposta forte no nosso padroeiro. As marchas têm perdido alguma qualidade, este ano gostou de uma ou duas, contudo quer dizer que já transmitiu que o Município dá muitos apoios, muitos subsídios a muitas

associações e depois não aparecem em lado nenhum. Foram seis marchas a concurso. Participaram as Comissões Fabriqueiras, três ou quatro, creches e lares. Onde é que se encontram as Associações que receberam centenas de euros? Além da Banda de Nagoselo, quem participa numa festa do concelho? Entende também que as lombas são muito altas, causando alguns transtornos. Acredita serem as lombas necessárias, mas não tantas e tão largas. A sinalização está muito próxima das passadeiras/lombas, podendo ser perigoso. Informou ter lido na revista Visão uma entrevista de uma pessoa que pensava ser muito digna e que seria amiga de São João da Pesqueira. Trata-se de um artigo que pouco dignifica o concelho, concedido pelo Senhor Vitório Cardoso. É fundamental que o executivo pondere a sua leitura e o conteúdo que o senhor transcreve. Em relação à posição que ele ocupa, o que lhe interessa é saber se será útil ao Município? Interroga se terá utilidade ao Município manter os contactos com esse Senhor? É que parece que está numa rede um bocado perigosa, é a sua opinião, formada por aquilo que leu na revista. Conversou uma vez com o Senhor, deu-lhe a sensação ser uma pessoa válida, muito ativa e com bastantes contactos, mas neste momento, e por aquilo que leu, a ser verdade, é uma pessoa que não interessa, interrogando-se se é útil ou um aproveitador.

O Senhor António Balça cumprimentou os presentes começando por felicitar a Câmara Municipal e todos os que tiveram interferência nos dois eventos realizados esta semana. Foi uma ótima promoção do nosso concelho, claro que como já foi dito, encontra-se sempre algo menos bom, mas reconhece haver um saldo muito positivo. Abordou um tema que não podia deixar de falar, relacionado com a Casa do Douro. Para quem acompanhou de perto esse assunto já se sabia que este seria o desfecho, retirar-lhe o estatuto de utilidade pública. Com um endividamento tão grande o fim seria uma questão de tempo. O que será dessa gente que luta desesperadamente pela sua sobrevivência? A Casa do Douro já não contava para nada, mas existia. Agora não se sabe o que pode acontecer, as empresas que dominam o setor encontram-se cada vez mais ricas e os agricultores cada vez mais pobres. Pergunta onde têm estado os políticos da região? Provavelmente cada um a olhar para o seu quintal, todos contentes e a ver o povo a empobrecer. Foi criado o Gabinete de Apoio ao Endividamento quando se devia estar a ajudar na criação de valor para que permitisse viver as gentes do concelho com mais dignidade. Refere-se a todos os políticos da região, não exclusivamente ao Senhor Presidente, mas não tem conhecimento que algum tenha tentado nos últimos tempos dar o primeiro passo para que fosse criado qualquer movimento a fim de reverter o rumo da região. Dirigindo-se ao Senhor Presidente acrescentou que munícipes pobres, concelho pobre. Isso deve preocupar. Alertara algumas vezes para a necessidade de os Presidentes de Câmara da região se entenderem. Acreditou que poderiam ter mudado a história desta região, numa altura em que a comunidade europeia obriga a que os agricultores se organizem, que se agrupem, com a finalidade de criar em maior escala, uma maior capacidade negocial e de maior dimensão. Se os políticos se organizassem, passariam a ser a força em defesa de todos. Disse ao Senhor Presidente que sabia que o Senhor Secretário de Estado estivera no Douro para reunir com os Presidentes de Câmara. Terminou solicitando que o informassem bem como à Assembleia o que se passou e o que vai acontecer à Casa do Douro.

A Senhora Lourdes Marinho referiu que as lombas são necessárias, mas entende que pelo menos duas estão um pouco altas demais. O objetivo é

obrigar os condutores a reduzir a velocidade e aquele troço era quase como uma pista, permitindo acelerar, e ser necessário prevenir-se tal situação. Colocou um assunto, em que desconhece até que ponto já foi trabalhado e, pretendeu que o Senhor Presidente da Junta de Ervedosa ou o Senhor Presidente da Câmara a informassem. Pensa que a obra terá sido efetuada pela Câmara, não neste mandato, mas em mandatos anteriores. Trata-se de uma escada de acesso entre a estrada 222 e a rua da Costa em Ervedosa. Quase toda a gente, e principalmente os idosos atravessam naquele local porque já vêm diretamente da rua de baixo e encurtam o espaço, subindo as escadas para atravessar e dirigir-se se à Caixa Agrícola ou aos estabelecimentos. A valeta está muito alta e a união entre a escada e o alcatrão poderia ser corrigida. Entende que a Câmara, que julga ter executado aquelas obras, poderia corrigi-las porque não ficaria muito caro. Bastaria uma grelha desde um poste dos telefones existente na valeta até à porta do café Paulus. Torna-se difícil, porque faz um fundo muito grande e as pessoas de idade em especial, e até os mais novos têm sofrido dificuldades. A Junta, certamente, está a trabalhar no assunto, mas julga haver dificuldade, por parte das Estradas de Portugal. O programa "Verão Total" teve algumas notas bem positivas, a nível paisagístico ficou orgulhosa pelo facto do concelho ser lindo e existir a necessidade de ser divulgado. Reforçou que o projeto que a Câmara mandou executar com aspiração que a TAP o disponibilize nos voos seria excelente. Não é por qualquer motivo que grande parte do concelho é Património Mundial. No entanto esse património tem que ser reservado e divulgado já que os turistas têm tanta dificuldade em se deslocar até este local. Gostou de ver que há empresários que estão presentes em todos os certames divulgando tanto o azeite, como o vinho e os produtos endógenos da região. Se alguns não estão presentes é porque não querem ou porque não se informam. Na verdade constatou que têm estado em vários eventos de divulgação. Ficou orgulhosa da sua terra porque verificou haver jovens empreendedores. A Câmara tem obrigação de ajudar e incentivar. Será com os jovens que se construirá o futuro. Falando em futuro, tem intenção de elaborar uma proposta para a terapia de casais. Nos anos que estivera na CPCJ notou que no concelho ainda há muita violência doméstica. O facto de a violência doméstica aumentar na maioria dos casais, deve-se a um défice de parentalidade, e de uma cultura de casal. Fazer formação ou criar uma escola de casais seria a melhor opção para solucionar problemas mais graves. Os jovens que correm risco vivem em situação de violência e negligência. Quando uma mulher é violentada em casa, os filhos apercebem-se e não se pode permitir que no futuro, os jovens de hoje, sejam reflexo desses erros de parentalidade. A violência e a negligência têm que ser trabalhadas pois são factos importantes e de apreensão na escola e nas comissões de proteção. Têm de ser valorizados e tem de se trabalhar em conjunto para o bem comum. Deu os parabéns ao Senhor Eduardo Coelho, pois desconhecia a sua vertente de artesão, gostou muito de o ver a trabalhar como artífice e a facilidade como continuou, tão bem, um objetivo fomentado pela Câmara.

O Senhor Paulo Bito começou por dizer que tinha preparado a sua intervenção referente ao ponto seis da Ordem de trabalhos mas que por motivos pessoais terá de se ausentar, não estando presente aquando da chegada da Senhora Bastonária. Aproveitou usar essa intervenção no período de antes da Ordem do Dia, passando a sua leitura para conhecimento da Assembleia:

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal,  
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,  
Ilustre Convidada,  
Sra. e Srs. Vereadores,  
Sras. e Srs. Membros da Assembleia,  
Preclaro público

*Conhece-se hoje o que já se anunciava e que o nosso poder local se empenhou para que não acontecesse. A dita reforma judiciária, reestrutura os serviços judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de S. João da Pesqueira enquadrando os mesmos numa Secção de Proximidade, embotando desta forma a perda de valências que lhe são adstritas.*

*Os territórios que são alvo desta reforma são, na sua quase totalidade, os chamados territórios de convergência, sendo que a forma como têm vindo a ser tratados transforma-os, todos os dias mais um pouco, em zonas claramente divergentes do que pretendemos ser. Uma Europa Moderna, empreendedora, coesa socialmente e auto sustentável. Este mapa judiciário cria maiores assimetrias entre as regiões, tornando o País menos justo e menos coeso, contribuindo inevitavelmente para aumentar a desertificação do concelho.*

*Discordamos totalmente com os pressupostos em que assenta esta reforma visto que carecem de exatidão e a sua aplicação não resultará na tão apregoada melhoria dos serviços, numa maior proximidade dos cidadãos à Justiça e tão-pouco numa redução dos custos. Esses pressupostos não refletem a realidade geográfica, demográfica e da rede de vias de transporte do nosso concelho.*

*Esta é uma reforma que obriga os nossos munícipes a deslocarem-se para Moimenta da Beira, Lamego ou Viseu para tratar dos seus assuntos de justiça, sem transportes públicos organizados para suster essa necessidade, gastando mais tempo e mais dinheiro. Não é, seguramente, esta a forma de "primar pela simplicidade, pela agilização e por melhor justiça para os cidadãos" e por "uma justiça de proximidade", como proclama a Sra. Ministra da Justiça e consta do site do Ministério da Justiça. Ao ouvir isto, permitam-me que partilhe o meu desabafo, só me ocorre oferecer à Sra. Ministra duas coisas:*

- A Constituição da República Portuguesa, para que não se esqueça que "Ninguém pode ser (...) prejudicado (...) em razão de (...) do seu território de



origem..." como está plasmado no n.º 2 do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, pois é patente nesta reforma que os nossos municípios e tantos outros de outros municípios almejados são enormemente prejudicados por habitarem no interior de Portugal;

- Um mapa militar do Douro, para que do seu gabinete no Terreiro do Paço – que nos obriga julgar que é o sítio de Portugal que conhece melhor - entenda a complexidade e dificuldade dos nossos territórios.

Além do mais, a existência de Tribunais constitui um fator de desenvolvimento e uma ferramenta essencial para a agregação e fixação das populações, sendo que, o encerramento dos mesmos promove o empobrecimento das respetivas localidades e das suas gentes. A progressiva retirada de diferentes serviços públicos fragiliza inexoravelmente o tecido social e empresarial do concelho, constituindo um claro retrocesso nos nossos territórios e apresentando-se em claro contraste com a política de desenvolvimento e de atração de investimento que a autarquia vem prosseguindo.

*Para finalizar, manifestamos, depois de todas as moções apresentadas por esta autarquia e por tantas outras; das reuniões argumentativas; das pressões de "bom senso"; depois da disponibilidade do Município em suportar as despesas do Tribunal Judicial da Comarca de S. João da Pesqueira em plenas capacidades e valências, a nossa total, inequívoca e expressa oposição a esta reforma.*

*Concluindo que, o que ora está definido muito antes o estava.*

*É uma triste realidade esta. Realidade com a qual não concordo, não concorda a bancada do PSD e tenho a firme certeza de que toda a Assembleia Municipal coaduna da mesma posição. Porque acima de tudo está o concelho e os nossos municípios! Acima de tudo está Portugal!!!*

*P'la Bancada,*

*Paulo Bito*

“

O Senhor António Froufe cumprimentou os presentes referindo-se às festas de São João, achando que melhoraram, deixando uma sugestão à Câmara. Para evitar o amontoado de pessoas nos muros, seria bom pensar em dar continuidade às bancadas ocupando o pequeno jardim e dar oportunidade à existência de mais lugares sentados. Quanto à presença na

procissão, o Senhor Joaquim Monteiro disse que só marcaram presença três Presidentes de Junta, no entanto informa ter estado presente, mas devido ao desfile dos Bombeiros de São João da Pesqueira, e fazendo parte integrante dessa estrutura, não lhe foi possível estar na procissão, mas acompanhou-a ao conduzir uma das viaturas do desfile motorizado. Pensou que os dois colegas que o acompanharam, o secretário e o tesoureiro tivessem acompanhado a procissão, tendo vindo a saber que tal não acontecera. Pretendia saber em que situação se encontra o projeto das subidas mais acentuadas nos caminhos agrícolas na sua freguesia. Aproveitando o discurso do Senhor Paulo Bito, e não querendo ferir ninguém, nem estando a defender nenhuma cor política, interroga-se se vale a pena existir manifestação sobre essa matéria. Nas últimas eleições, a 25 de maio, deparou-se com a seguinte reflexão: "um governo que mantém as urgências fechadas, que está em vias de fechar o Tribunal, que poderá ainda fechar as finanças, encerrar o 10.º, 11.º e 12.º ano nas escolas de São João da Pesqueira, que tem prejudicado a nível de acessibilidades as duas vias de entrada no concelho e, na hora da verdade, o povo dá-lhe apoio." Concorda que o voto é útil, que as pessoas devam votar nos seus partidos, ou em quem mais confiam mas entende ser o momento ideal para lhes mostrar um cartão, não o vermelho mas o amarelo, independentemente das consequências que daí possam advir. Embora o voto neste concelho não tenha representatividade a nível nacional, mas perante as posições que o governo está a tomar, entende não haver necessidade de existir manifestação. Se o povo assim o quer, nós políticos ou felicitamos ou então baixamos os braços.

O Senhor Silva Fernandes aludiu na sequência da intervenção do Senhor Paulo Bito, e aproveitando também a do Senhor Froufe, pensando que as últimas eleições deram resposta, porque os resultados comparados com os anteriores, revelam o que se passa é só a questão de os analisarmos, tem pena que não se aborde esta temática nesta Assembleia. Já várias vezes foram apresentadas moções acerca do Tribunal e, é evidente que ele próprio gostaria de ter um Centro de Saúde, um Tribunal e umas Finanças à sua porta. Isso seria o desejável. Outra é a que teremos de nos sujeitar como cidadãos e como políticos. Gostaria de dizer ao Senhor Paulo Bito e a todos os presentes, que esta reforma não é da Senhora Ministra, não podemos culpá-la, essa reformulação foi pedida no tempo do Engenheiro José Sócrates em 2005. O relatório é de uma pessoa que não tem nada a ver com este governo, é de autoria do Professor Boaventura Sousa Santos, que é de esquerda e nele dá conta de toda esta reforma. A Tróica veio adotar aquilo que estava nesse documento. Sobre a reforma entende ser necessária, tem que ser feita e sê-la-á, por muito que nos custe. O facto é que os autarcas dos concelhos tinham de tomar conhecimento desse documento em 2005. Se eventualmente tiveram, não fizeram nada, não criaram estruturas, não se consolidaram, não criaram âncoras e agora são confrontados com a situação. Questiona se em relação às finanças já há diligências ou se se está à espera que o Senhor Secretário de Estado decida. Há um grupo que acompanha, diariamente, a evolução do sistema judiciário em Portugal. Quem o lidera é Professor Sousa Santos de Coimbra. Discorda dele frontalmente em termos ideológicos, mas é um homem intelectualmente honesto e ao qual nada se pode apontar. Os vários governos vêm apontando este caminho, a União Europeia deu-lhe o apoio, o memorando da Tróica tem o aval, por isso reconhece razão ao Senhor António Froufe quando diz para quê manifestarmo-nos. Vem cá a Senhora Bastonária, vamos recebê-la bem, vai ser respeitada, como sempre se

respeitou toda a gente, mesmo que não se concorde com as ideologias, mas pensa que anda a percorrer o mesmo caminho político do Doutor Marinho e Pinto. Pensa que não é a Ordem dos Advogados que vai defender os Tribunais, os advogados vão a qualquer sítio do país defender as causas, não sendo estes que defendem os Tribunais, mas sim os autarcas. Este problema representa o falhanço e a incompetência dos autarcas porque não souberam defender os seus Municípios.

O Senhor Presidente interveio cumprimentando os presentes e agradeceu o elogio proferido pela Senhora Maria Helena sobre o Dia Mundial da Criança organizado pela Câmara. Concorda plenamente quando diz que os encarregados de educação devem ser responsabilizados e interiorizarem o dever de zelar pelos filhos, o que infelizmente não se passa. Quem trabalha com crianças apercebe-se mais facilmente desse problema, nesse sentido centralizou tudo no concelho. Se se procedesse de outra forma, diriam que não podiam trazer os filhos. Quanto ao encerramento das escolas, neste momento não existe informação. Foi público, através da televisão, as escolas que iam encerrar, no entanto não apareceu a Pesqueira. Quanto aos Jardins de Infância, o que têm feito nos últimos anos é tentar mantê-los ano a ano. É sempre perto da abertura do ano letivo que temos resposta, estamos a acompanhar esse problema e tentar que os Jardins de Infância não encerrem. Quanto aos Tribunais toda a gente sabe o trabalho que tem sido feito pela Assembleia e pelo Executivo, agora vamos receber a Senhora Bastonária. Ver-se-á se trás novidades, mas alguma coisa já foi conseguida. Aproveita para informar que foi enviada uma comunicação da Ordem dos Advogados referindo que inicialmente seria uma atividade conjunta com a Ordem e a Associação dos Municípios Portugueses. Neste momento pensa que é só a Ordem que está a trabalhar para que se realize a concentração dia 15 de julho em Lisboa. Uma vez que a Câmara, como aconteceu várias vezes, disponibilizou os transportes, pede a ajuda aos Senhores Presidentes de Junta para que em cada freguesia, tentem mobilizar as pessoas para essa manifestação a realizar em frente à Assembleia da República. Deixa o convite a todos os Presidentes de Junta e às pessoas que queiram participar nessa marcha, a fim de poderem organizar o transporte. Respondendo ao Senhor Vítor Tomé e referindo-se ao São João pensa ser unânime o reconhecimento de que foi uma festa melhor que as anteriores. Tem sido um processo evolutivo, entendendo a importância das diferentes opiniões. Quanto à rua que referiu pensa que não o fez por ser a sua rua, essa foi asfaltada antes de estar na Câmara, a outra rua não serve só uma casa, tendo os outros moradores. As outras moradias têm serventia pela Avenida das Dessarges. A Junta de Freguesia de São João da Pesqueira já deu algum arranjo aos problemas com o saneamento. Se tivessem verbas, como têm vontade, fariam mais obras. Quanto à notícia distribuída não é bem a informação que existe. Este investimento é um documento que foi apresentado pela Comissão que o Senhor Secretário de Estado dos Transportes nomeou para elencar as obras que serão necessárias na região do Douro. Uma delas é relacionada com a navegabilidade do Douro que podem ser 50 milhões ou menos. A maior parte das pessoas apercebeu-se de uma movimentação dia 5 deste mês, em que se conseguiu trazer à Pesqueira o Conselho Consultivo da ON2, o qual ainda está a aprovar candidaturas do quadro comunitário antigo. Segundo a informação do Doutor Emídio Gomes estão a tentar fechar o documento com Bruxelas, por isso ainda não há nada de concreto. Não havendo nada de concreto, quanto ao novo quadro comunitário 2014/2020, preveem a sua aprovação



em julho para ser iniciado ainda este ano. Se não for já, será em setembro. Comparativamente ao último quadro comunitário, a maior parte das iniciativas começaram muito depois. A obra no Pinhão não faz parte do novo quadro comunitário, mas sim do antigo e já estava prevista há muito tempo. Existem alguns projetos para integrar nesse âmbito que não têm só a ver com o leito do rio, mas também com a estabilidade das margens e construção de novos portos de acostagem. Contrariamente ao que disse o Senhor Vítor Tomé, os barcos acostam, inclusive os do Douro Azul. Em termos económicos para a Região, queixa-se a Pesqueira, queixa-se o Pinhão, queixa-se a Régua. Tem ouvido queixas de todo o lado. Se se conseguir que a via navegável traga benefícios para o interior do Douro e da região, tanto melhor. Dirigindo-se à Senhora Marcolina Sequeira, concorda plenamente, quando viu aquela denominação numa pessoa tão digna. Deu o benefício da dúvida, podia não ser caricata, na perspectiva da maneira de denigrir, mas dar-lhe uma imagem carismática. Em relação ao embelezamento das rotundas, tentou-se mudar alguma coisa. Gosta muito de flores. Concordou sempre com o que se fez, foi uma questão de mudança de estratégia. Ainda esta semana ouviu um comentário, diretamente de um exportador, que dizia que os agricultores do Douro deixariam de existir. O Senhor Silva Fernandes referiu na sua intervenção, uma Fundação. A única Fundação da Câmara Municipal de São João da Pesqueira é o Museu do Douro, não temos mais nenhuma nem integramos qualquer outra. Se existe alguma Fundação em São João da Pesqueira, não é da Câmara. Em relação às passeadeiras é um mal necessário, elas estão devidamente sinalizadas. Quanto à participação no Conselho Económico e Social é mais um concelho, não fomos convidados mas também vale o que vale. Há tantos concelhos, tantas Fundações, tantas Associações... quando nos convidam tenta-se estar. Quanto ao possível encerramento das finanças, pelo conhecimento que tem não encerram, foi dada diversas vezes a informação diretamente da tutela que não encerram. Desde que estamos na Câmara, tentámos inserir num espaço nosso os vários serviços que ainda existem na Pesqueira. Os organismos não dão respostas ou não as querem dar, talvez por razões que não entende. Oferece-se local adequado sem pagamento de rendas e com a participação nas obras de instalação. Até hoje nenhuma entidade respondeu. Seria no edifício do Tribunal a concentração dos serviços, ajudando as pessoas com alguma dificuldade de mobilidade, a várias deslocações. Contrariamente ao que se diz, que a culpa é dos Autarcas, diz que a culpa é de todos. Sobre a intervenção do Senhor António Froufe em termos de São João aceitam-se as sugestões sempre que sejam para melhorar. É contra todos os governos quer sejam PSD, PS ou CDS que prejudiquem o concelho. Concorde com o Senhor Silva Fernandes, pois tem-se que ter a coragem de mudar, agora mudar não pode ser transversal a todo o país. Os serviços técnicos estão a finalizar o projeto dos caminhos, mas é um assunto que poderá ser tratado diretamente, ou com os serviços técnicos, podendo dar essa resposta direta e em tempo real. O Senhor Eduardo Coelho só reparou agora que a responsabilidade dessas cartas é do Instituto Geográfico Português e foi remodelado em 2009. Trabalhar-se-á em conjunto quando precisar de ajuda e achar que há assuntos que estão mal. Entre Trevões e Paredes também houve o mesmo problema e tentou resolver-se. Ao Senhor Joaquim Monteiro começou por responder que faz as suas reivindicações e compreende-as, tem razão mas sabe que se está a trabalhar. Relativamente ao artigo publicado na revista Visão, em nada se contribuiu para que tal surgisse, e perante a direção da revista Visão usou-se o direito de



contraditório por ser mentira o que vinha escrito em relação à Câmara da Pesqueira. Se o Senhor tem uma política de direita, ou de esquerda não se tem nada a ver com isso. O certo é que tem ajudado na divulgação do Município, a custo zero, junto dos operadores asiáticos. Tudo o que se relaciona com pagamentos é mentira. Quanto ao problema da Casa do Douro, já se fala há muitos anos, pensa que o descalabro começou quando fizera aquela parceria ou a compra de ações da Real Companhia Velha e isso já foi há uns anos. A partir daí, sem querer ofender ninguém, quer os conselheiros, quer os diretores, quer o próprio governo que deviam intervir nessa altura fizeram tabu do assunto. Há três anos as autarquias da Região do Douro, nomeadamente as que estão inseridas na CIM Douro, fizeram um trabalho junto do governo através dos Secretários de Estado. Na última reunião, há cerca de 15 dias, o Secretário de Estado esteve presente cerca de 10 minutos, apresentou um projeto de decreto-lei que está no site do governo e foram-lhe apresentadas sugestões. Há problemas graves que têm a ver com as dívidas atuais, com a colocação dos vinhos no mercado, que podia ser o descalabro para a própria região do Douro. Sendo um problema jurídico, se os credores assinarem e ninguém resolver nada, os vinhos entram no mercado quando eles quiserem. Anteriormente teve-se uma reunião com todos os presidentes e convidamos os presidentes da região do Douro que fazem parte de outras CIM's. A Senhora Lourdes Marinho fez uma intervenção sobre um desnível existente em Ervedosa na estrada 222 na travessia entre a Caixa Agrícola e a rua de São João frente à Junta de Freguesia. A Câmara já solicitou às estradas de Portugal para que aquela zona passe para domínio da Autarquia. Neste momento ainda nada responderam, se o Senhor Joaquim Monteiro quiser esclarecer, uma vez que é o Presidente da Junta de Freguesia poderá fazê-lo.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu, acrescentando que de acordo com o desenvolvimento da situação, houve três pedidos de resposta, pedindo para serem céleres, porque já se ultrapassou largamente o tempo para este ponto.

O Senhor Joaquim Monteiro informou a Senhora Lourdes Marinho que efetivamente há um desnível muito grande, pensa que foi a Câmara que fez o acesso no término da escadaria e não a Junta anterior. A resolução dessa anomalia prende-se com as Estradas de Portugal. Esteve há três semanas com o Engenheiro Pedro e com o Senhor Vítor que é o fiscal, tendo estes assumido compor esse desnível. O Senhor Presidente disse muito bem que quando esses espaços passarem para a autarquia poder-se-á intervir. Assim, como sabe, nem sequer as árvores, que estão no Tronco se podem deitar abaixo. Ficaram também de as derrubar para que se possa recuperar aquele espaço, bem como outra situação nos Casais do Douro. O Senhor Presidente quase nunca responde, prefere responder depois no seu gabinete. A Senhora Vereadora, Delfina Tavares assistiu a um compromisso de se lançar em junho a obra dos Tanques do Ribeiro, se o arquiteto não trazer os documentos a gente avança, é? Pede ao Senhor Presidente para executar as obras que satisfaçam as necessidades de Ervedosa. Sobre o posto dos correios, estão a pressionar a Junta. O protocolo acaba em agosto. Querem reduzir para metade a componente fixa, ou então entregam o espaço, nem que seja a uma florista. O posto de atendimento está no estado em que se encontra tudo o que é serviço público. Não lhes interessa mais nada a não ser ter dinheiro nos bolsos. Sugeriria que fossem pensando se é possível criar um espaço do cidadão onde se prestem alguns serviços, nomeadamente serviços que a Câmara os pudesse descentralizar. Já que querem criar a loja do cidadão porque não em

Ervedosa, temos espaço e a funcionária, teríamos de arranjar ações e serviços para ela desenvolver. Em relação às lombas/passadeiras, estão sinalizadas, não diz estarem mal, no seu entender são muitas e estão muito altas. A sinalização de passadeira está bem mas ninguém se apercebe que é uma lomba, só quando se chega, e se alguém vem disparado, como já aconteceu, segundo relatos que chegaram, podem ocasionar um acidente.

O Senhor Silva Fernandes sobre a eletrificação dos Lameiros diz não ser uma questão sua mas de outro Senhor e gostaria de uma resposta. Referiu não ter discutido a obra das passadeiras, mas sim as lombas, sendo diferente o sinal de código. Quanto ao CES, julgava que os Autarcas quando são representados por alguém em reuniões transmitissem aos colegas o que se passa quer em relação ao CES quer aos Municípios Inteligentes. O que está previsto é que se venham a transformar em lojas de cidadão e entende ser preciso prever essa situação. Quem vai para lá, o que vai acontecer às conservatórias? O problema não é só finanças é realmente ver o que se prepara por trás. Relativamente à Casa do Douro não é uma questão sua mas gostaria de intervir depois, se o Senhor Presidente o autorizar.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou os presentes respondendo ao Senhor Eduardo Coelho, Presidente da Junta de Nagoselo que é simples de resolver. As duas Assembleias de Freguesia confinantes reúnem, lavram em ata com a nova cartografia em vigor e enviam para o Instituto Geográfico e Cartográfico Português. Está-se no Verão e em Férias escolares, pede para pensarem na forma de acondicionar as crianças das escolas, nos períodos de chuva. Sobre as festividades do São João foram muito bonitas, mas só consegue avaliar uma festa, quando sabe quanto custou e gostava que na próxima Assembleia fosse transmitida essa informação bem como os custos de "Portugal em Direto". Acha que a marcha a Lisboa pela defesa do Tribunal é chover no molhado, solicita para não gastarem dinheiro.

O Senhor Paulo Bito reiterou que discorda totalmente com os pressupostos em que se baseia esta reforma judicial. Conhece pessoalmente o Doutor Boaventura, foi seu Professor na faculdade, não lhe reconhecendo grande mérito no estudo que fizera. Direciona todas as atenções para a Ministra da Justiça, e, na lógica a doutrina não lhe pertenceu. Apesar disso, acaba por ter um comportamento que prejudica a todos os Municípios. Entende que não é uma questão de se querer ter todos os serviços à porta, mas o Tribunal é uma peça fundamental num estado de direito e tem que estar próximo dos cidadãos. Obviamente que culpa é grandemente da Ministra da Justiça, porque ela diz que é uma reforma que visa a proximidade da justiça aos cidadãos e isso não se vai verificar. Se os seus avós não têm carta de condução ou os avós de outra pessoa qualquer tiverem algum problema é aqui que melhor os resolvem. Terem de se deslocar a Moimenta da Beira ou a Viseu é gravíssimo. As reformas são diminutas e irrisórias, tudo isso tem custos não concordando com esta reforma e que a Pesqueira seja atingida.

O Senhor Eduardo Coelho lançou o repto de que as freguesias de Soutelo e de São João da Pesqueira entrem em acordo e seja reposta a área que foi retirada à sua freguesia. Pretende que se faça um trabalho em que todos assumam as áreas pertencentes a cada uma das freguesias e ser resolvido de comum acordo.

O Senhor Silva Fernandes diz que não pode deixar passar em claro, o afirmado pelo Senhor Paulo Bito em relação ao Professor Boaventura. Declarou-se ideologicamente distante do Professor Boaventura Sousa Santos,

mas tem-no como um homem intelectualmente honesto e não pode aceitar, que nesta Assembleia, se insulte um Professor Universitário ao dizer que não lhe reconhece mérito, embora tendo sido seu professor na faculdade.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu as intervenções, terminando os trabalhos de Antes da Ordem do Dia. Perguntou ao Senhor Paulo Bito conforme estipula o regimento se deseja exercer o direito da resposta.

O Senhor Paulo Bito esclareceu não ter feito esse tipo de observação, mas sim não reconhecer mérito ao documento produzido que visa a reforma judicial, não colocando a pessoa em causa.

O Senhor Presidente da Mesa perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia fazer uso da palavra.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou ao Senhor Joaquim Monteiro que não faz promessas, mas assume compromissos. Sabe perfeitamente que quando se assumem os compromissos é para se cumprirem, podendo haver alguma derrapagem temporal. Quanto aos CTT entende que se poderá contar com o Senhor Vítor Monteiro o qual melhor que ninguém poderá encaminhar para a entidade competente. É um assunto que no período mais rápido possível, terá de se analisar. Quando se referiu às passadeiras, provavelmente, queria referir-se às bandas. As bandas estão sinalizadas e acha que os técnicos têm a obrigação de dizer como se deve proceder e ouvir as suas opiniões. Por vezes, só vemos o local imediato e não o envolvente. Os técnicos informaram como devia ser e assumimos essa colocação. O caminho das Lameiros, neste momento, não sabe se está identificado no projeto de iluminação rural, nem quem prometeu a sua iluminação. Ter iluminação era mais um custo dada a sua extensão pois acaba onde começa Nagoselo. Respondendo diretamente ao Senhor Eduardo Coelho disse tratar-se de um assunto que colocou com toda a legitimidade, mas tem de ser tratado com os elementos das Juntas de Freguesia e respetivas Assembleias. A Câmara Municipal está aberta para ajudar a fim de que sejam repostas as áreas corretas. Quanto às festas de São João e ao programa da RTP chamarem-lhe um custo, é uma opinião mas reconhece ser um investimento. Pode-se dar informação dos valores disponibilizados nessas atividades. A RTP e todos os intervenientes não cobraram nada, tendo a Câmara custeado a alimentação e as dormidas. Quanto à realização da marcha protesto a Lisboa dia 15, entende que deve ser discutido nesta reunião. Se a Assembleia concordar que não se deve ir, não se vai, se disser que sim, devemos decidir a melhor maneira de dinamizar as populações.

O Senhor Presidente da Mesa manifestou a sua opinião no sentido de se ouvir a Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados e, após a sua intervenção, tomar-se uma decisão em plenário.

Tem a informação que a Senhora Bastonária está atrasada cerca de meia hora, pelo que propôs avançar para os pontos seguintes da ordem de trabalhos, deixando, o ponto 1, a atividade Municipal para ser tratado no último ponto, dado ser um tema onde se costuma despender muito tempo. Colocada à votação a proposta, esta foi aprovada por unanimidade.

### **Período da Ordem do dia**

### **Ponto 2 – Análise, discussão e votação da Proposta da Lista de Juizes Sociais 2014/2016**

Passando ao ponto 2 da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa questionou se alguém pretendia inscrever-se para debate deste assunto.

O Senhor Silva Fernandes interveio para dizer que este é mais um exemplo do sistema que temos no nosso País. A lei determina, que em maio deve ser elaborada a lista dos Juizes Sociais, que em junho deve ser enviada ao departamento próprio da Administração Central. A lista apresentada na reunião de junho que normalmente se realiza no fim do mês tem mesmo que ser votada, caso contrário o executivo ficava em incumprimento com a lei. Tem de confiar em quem a elaborou, havendo disparidades na sua organização impedindo-o de a votar favoravelmente. Em primeiro lugar, não vislumbra qualquer razão para que não haja representação da Junta da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzeas de Trevões e de Vilarouco e Pereiros. Em segundo lugar, porque foram ignoradas as comunidades de Espinhosa, Pereiros, Várzeas de Trevões que, fruto da reforma administrativa foram agregadas. A lei da reforma administrativa entende que por força da agregação não devem as comunidades ser prejudicadas, ou esquecidas. Neste caso confirma-se o seu prejuízo, esperando que os representantes dessas comunidades se manifestem neste sentido. Finalmente a proporcionalidade de membros propostos por freguesia, não atende à dimensão e peso específico de uma delas. A freguesia de Ervedosa, sem dúvida a segunda do concelho, aparece em quarto lugar com dois candidatos, atrás de Soutelo com quatro, e Paredes com três. Declara não poder votar favoravelmente nesta lista. Discorda também sobre a idade limite referida.

A Senhora Anabela Pereira queria referir uma pequena nota sobre a sua concordância com a lista. Acha que até está bem elaborada, não havendo necessidade de que todas as freguesias tenham um representante, porque os Juizes Sociais são o elemento acessório às decisões no Tribunal. Neste caso e, no relacionado com menores não é necessário todos os dias estas pessoas serem requisitadas. Pensa mesmo, que no caso de São João da Pesqueira e, durante um ano, não iam ser todas chamadas. Utiliza-se com bastante frequência, mas não tanta como se imagina. Em São João da Pesqueira, provavelmente uma ou duas vezes por ano, sendo que em cada caso poderão ser solicitados dois Juizes Sociais. Em termos de menores, só são chamados, quando os mesmos são indigitados para adoção, factos que não acontecem todos os dias, até porque a Segurança Social também tem interferência nesses processos. Os relatórios são elaborados pela Segurança Social de Viseu através dos seus pólos nos diversos concelhos. Pretende-se serem pessoas isentas e entende que a lista está bem elaborada mas é um trabalho inútil, porque o Tribunal de menores vai funcionar em Lamego, sendo os Juizes recrutados na sede do Tribunal. Se vamos deixar de ter Tribunal para estes assuntos resume-se a uma atividade inútil, mas como tem que se entregar a lista até 1 de setembro...

A Senhora Lourdes Marinho referindo-se à utilidade dos Juizes Sociais no Tribunal de menores entende ser importante, se funcionasse aqui no nosso Tribunal. Os relatórios que enviam da Segurança Social e que são o apoio decisivo do Tribunal para que os processos se decidam, não são muito fidedignos. Quem elabora os relatórios, muitas vezes nem tem os contactos necessários com as famílias, desconhecendo os contornos essenciais e, resumindo informações que ouviram a outras pessoas, estes, passam a ser mais retórica do que dados concretos. Acha que estas equipas têm muito valor e os Juizes Sociais deviam passar de 15 em 15 dias pelos Tribunais sendo ou não



requisitados, porque era uma mais-valia. Outras diligências não são as melhores e havendo processos complicados os prejudicados são os menores. Não se pense que trabalham céleres com os processos. Os Juizes Sociais desempenhariam um grande papel se realmente trabalhassem mediante regras temporais e reforço da ação.

A Senhora Anabela Pereira referiu que a Senhora Lourdes Marinho tinha toda a razão, porque os Juizes Sociais têm sempre uma ação muito importante para ajudar os menores. Também sabe que os relatórios da Segurança Social são um bocadinho adversos à realidade. Acontece que os Juizes Sociais não foram criados para isso, foram criados, para em momentos pontuais, darem uma opinião, quando os menores são indicados para adoção. Eles não têm outro papel, não podem fazer outra coisa. Seria ótimo que a sua função fosse alargada podendo prestar um melhor contributo, mas não lhes é atribuída.

Passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, agradeceu a intervenção da Senhora Anabela Pereira, porque mais uma vez demonstrou que o técnico de cada especialidade pode prestar um grande contributo. A resposta que poderia dar ao Senhor Silva Fernandes seria por em causa a própria lei. Está estipulado o limite de idade dos elementos que integram a lista não podendo ter mais de 65 anos. O Senhor Silva Fernandes disse ao Senhor Presidente para ter paciência, que a resposta tinha que ser sua e não entreposta por outra pessoa.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu, colocando a proposta da lista de Juizes Sociais 2014/2016 apresentada a votação. O Senhor Silva Fernandes votou contra. O Senhor Norberto Vieira absteve-se tendo sido aprovada por maioria.

O Senhor Silva Fernandes apresentou a declaração de voto: "É verdade que os 65 anos são um impedimento mas também a lei não diz que tem que ser Presidente da Junta. Se não diz, pode ser outra pessoa qualquer da comunidade. Queria também dizer, que não sabe como vai ficar a fase final da reorganização do mapa judiciário mas passava a ler: "densificação a nível nacional de uma justiça de base Municipal não judicial" é aqui que estamos a falar assente em estruturas similares aos atuais rogados de paz, comissões de proteção de crianças e jovens em risco, ou centros de arbitragem de conflitos e consumo. Admite-se que em alguns desses meios de resolução de vestígios, devido à sua função e especialização, possam ser de nível supranacional. A única coisa que pode aceitar neste momento é que se está a discutir um assunto que pode vir a ter uma solução diferente, mas face àquilo que existe não tem razão de ser nem os 65 anos, nem a não representação das comunidades que foram discriminadas".

**Ponto 3 – Análise, discussão e votação da Proposta de Abertura de Procedimento Concursal Comum para a constituição de Relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de Trabalho por tempo Indeterminado, Técnico Superior (Economia/Gestão) – Recrutamento Excecional:**

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém pretendia usar da palavra.

O Senhor Vítor Monteiro entendeu que o quadro de pessoal da Câmara já é bastante extenso reconhecendo que se vê quase forçado a votar favoravelmente. Se se criam os serviços tem de existir pessoal competente

para o executar, com formação e com capacidade. Reconhece que tem de haver cuidado na admissão de pessoal. Vai votar favoravelmente pelas condições que referiu.

Ao Senhor Silva Fernandes pareceu-lhe que tem o papel de discordar de tudo, pois não foi criado nenhum gabinete. O gabinete de empreendedorismo já existe, portanto não é a criação do gabinete que vai justificar a admissão seja de quem for. Não é muito claro quem é que pede o recrutamento, como também não aparece quem é que se responsabiliza por tal facto. No documento que é fornecido e na informação que o Senhor Presidente despacha diz "necessidade de recrutamento de um Técnico Superior com formação em Economia/Gestão". Não há nenhum departamento que esteja enunciado. A seguir quem é que pede? É assinado com um rabisco, e quem assina um documento tem que dizer o que é, diretor, chefe de serviço, Vereador, Presidente da Câmara, Presidente da República. O mais grave, pelo que gostaria de ser esclarecido, é quanto ao quadro de pessoal. No documento diz que houve uma redução de pessoal e perguntou quantas pessoas reduziram no quadro desde dezembro. Pensa estarem a aumentar o quadro de pessoal e, como votou contra o orçamento, por esse motivo vai votar contra este ponto da ordem de trabalhos. Para fazer uma análise criteriosa queria saber, como é que concluem haver uma redução de 6,45%.

O Senhor Joaquim Monteiro reconhece ter de haver algum cuidado no aumento do quadro de pessoal, achando que se está a exagerar. Interroga sobre o que vai acontecer após os estágios e qual é a política da Câmara para o número exorbitante desses estagiários em funções na autarquia. Parece-lhe que o gabinete que está criado e a pessoa lá colocada tem feito um bom trabalho, como tal só lhe resta acompanhar a declaração de voto dos vereadores, apesar de ser independente dos independentes, mas acompanha nesta matéria a declaração de voto dos vereadores do movimento PNT.

O Senhor Presidente afirmou que o lugar a concurso se justifica pelo trabalho realizado por esse gabinete. É um serviço excepcional desenvolvido pela Câmara. Continua a ser uma das Câmaras com o quadro de pessoal mais pequeno e tem-se tido a preocupação de não o aumentar sem necessidade. Compreende a posição e a preocupação porque também é a da Câmara Municipal. Dirigindo-se ao Senhor Silva Fernandes informa que este serviço não existia. Ao ser criado teve de adaptá-lo. Foi-se trabalhando, chegando-se à conclusão que está a ser um bom contributo, e quem tem estado a trabalhar nesse serviço era pago através de recibos verdes. Se é necessário e proveitoso, tem que se reconhecer que se mantenha o lugar, mas com maior estabilidade, entendendo ser legítimo que se abra um procedimento concursal. A assinatura a que se refere, é um documento, é uma informação interna, é uma assinatura que conhece e por isso despachou para a reunião, podia no entanto estar identificada. O que é proposto já constava no quadro aquando da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2014. Se não estivesse criado no mapa de pessoal não podia vir à Assembleia para ser aberto o concurso neste momento. Ao Senhor Joaquim Monteiro respondeu que os estágios foram uma oportunidade de experiência profissional. Houve uma altura em que o IEFP abriu estágios. Como se sabe havia uma contribuição de 80% do Centro de Emprego. A Câmara ou outras entidades, como as Juntas de Freguesia e particulares podiam

candidatar-se a esses estágios. Quando acabarem acabam, sendo impossível contratar toda essa gente.

A Senhora Lourdes Marinho observou que no plano de atividades para 2014 há um Técnico Superior a prover. Pergunta se é este que a Câmara propõe?

O Senhor Presidente respondeu que sim.

A Senhora Marcolina Sequeira relembra que a pessoa em causa para preencher o lugar está a recibos verdes. Supõe saber quem é, caso seja é uma pessoa extraordinária, muito competente, mas não se esqueça que se corre o risco de haver mais concorrentes. Se concorre, alguém disponível dos quadros da função pública, está à frente de qualquer outra pessoa que concorra pela primeira vez. Não tem nada contra, pelo contrário acha ser uma pessoa extremamente competente e que valoriza muito.

O Senhor Presidente da Câmara agradece a intervenção, porque podia dar aso a que fosse essa a interpretação, mas não foi essa a intenção das suas palavras. Quando disse que era a pessoa, era o lugar que se encontra a recibos verdes. Os concursos são para as pessoas que concorrem.

O Senhor Sebastião Mesquita interveio dizendo que está a pensar provavelmente ser o chefe de divisão. Entende que esse assunto peca por tardio, achando que deveria ter sido feito o ano passado. Se não é para preencher aquele lugar, já devia ter sido posto a concurso o ano passado. Pergunta se o Senhor José Carlos não está na reforma neste momento e pede para que lhe seja esclarecida a situação.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o que se pretende por a concurso é um lugar do gabinete de empreendedorismo, não tendo nada a ver com o cargo de chefe da direção administrativa e financeira. Não é o lugar do Senhor José Carlos, o lugar para contratação desse lugar não existe neste momento. O Senhor José Carlos, o Engenheiro Maduro e o Engenheiro Luís eram os três chefes de divisão. O Senhor José Carlos reformou-se, neste momento não há nenhum Técnico Superior que esteja a substituí-lo. A abertura do concurso é para o gabinete de empreendedorismo e o concorrente tem de ter formação em Economia/Gestão.

O Senhor Silva Fernandes reconhece que não tem nada com a questão de ser A, ser B ou C. Está na Assembleia tem que analisar a situação em abstrato, teria que se esclarecer o trabalho do gabinete de empreendedorismo que vem sendo realizado há três anos. Quanto ao número de pessoas do quadro tem algumas dúvidas e gostaria que o acompanhassem na leitura que diz: "o número de trabalhadores existentes, nesta data, é de 57 o que perfaz uma percentagem de 6.45% de redução em relação aos efetivos existentes em 31 de dezembro de 2013", perguntou quantos eram em dezembro de 2013? Se forem mais de 57, considera que se ultrapassou o que esta Assembleia autorizou em 2013.

O Senhor Presidente transmitiu que o que está na aprovação do mapa de pessoal é a abertura de um lugar para esta especialidade, tendo sido aprovado por esta Assembleia. Se se chegasse à conclusão que esse serviço não era relevante seria anulada essa pretensão. Foi criado na altura devido ao feedback que chegou. Achou-se que se tem que colocar as pessoas certas seja ele quem for, A, B ou C abrindo-se concurso.

O Senhor António Froufe interveio dizendo que estavam a discutir um assunto e esperava que não ficasse em ata, porque se um concorrente a nível nacional vem concorrer e toma conhecimento de que o lugar já é garantido para uma certa pessoa, é preciso cuidado. Ninguém está discordante,

implicitamente, quase se sabe a pessoa em causa, por estar a recibos verdes, só não disseram o nome. Devia-se ter cuidado e propunha para que não ficasse escrito em ata.

O Senhor Presidente alerta o Senhor António Froufe por entender estar a lançar a confusão, agradecendo à Senhora Marcolina Sequeira por o ter alertado para esse facto. Não é a pessoa, é o lugar que está a recibos verdes, foi essa a resposta que dera. Não tem nada a ver em ser ou não transcrito. O lugar está a recibos verdes, vai ser aberto concurso, acha que estão a tentar lançar confusão quando há outros assuntos que têm muito interesse, tanto ou mais que este.

O Senhor Presidente da Mesa afirmou estar claro, apesar de alguns equívocos, mas com a redação feita oralmente pela Senhora Marcolina Sequeira e depois corroborada pelo Senhor Presidente da Câmara tornou a situação inequívoca, pelo que pensa estar em condições de por à votação esta situação.

A Senhora Maria de Lourdes pediu esclarecimento quanto ao lugar a prover, pretendendo saber se é para um Técnico Superior. Havendo necessidade de um Técnico Superior num serviço e com relevo também importante, questiona se esse lugar não pode conservar-se nas condições atuais, uma vez que tem sido realmente profícuo, deixando em aberto o lugar de Técnico Superior, dado que, possivelmente, em breve terá que ser aberto concurso para outro Técnico. Não tendo sido previsto o alargamento para mais do que um Técnico, entende que o mesmo já se encontra sobrecarregado.

O Senhor Presidente esclarece ser óbvio que quando foi elaborado o mapa de pessoal, esse lugar de Técnico Superior, colocar-se-ia a concurso no caso de haver necessidade de se provar que era um órgão necessário e que fazia falta às atividades económicas do concelho. Esse Técnico era para ocupar este lugar. Passados que vão seis meses, chegou-se à conclusão que o mesmo deve ser preenchido pelo que foi aberto o lugar no mapa de pessoal. Se daqui a dois, três ou quatro meses se achar que é preciso outro técnico, para outro serviço qualquer, o que para já não se vislumbra, é uma questão de se fazer uma alteração ao mapa de pessoal que virá à Assembleia podendo ou não ser aprovado.

O Senhor Presidente da Mesa agradece, considerando estar-se em condições de por à votação este ponto. Colocado à votação, abstiveram-se os Senhores Sebastião Mesquita, Silva Fernandes, Eduardo Coelho, Norberto Vieira, José Manuel e a Senhora Maria de Lourdes, tendo sido aprovado por maioria. Informou a Assembleia que a Senhora Bastonária acabava de chegar, pedindo que se mantivessem nos lugares, solicitando permissão para se ausentar por breves segundos para receber a ilustre convidada, a fim de tomar lugar na Mesa da Assembleia.

#### **Ponto 6 – Intervenção da Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados e discussão sobre o encerramento de Serviços no Tribunal de São João da Pesqueira.**

Recebida e apresentada aos presentes o Presidente da Assembleia começou a intervenção fazendo a leitura da carta que remeteu à Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados e que definiu a presença e participação nesta reunião ordinária e que a seguir se transcreve.

“Excelentíssima Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, Dr.ª Elna Fraga



S. João da Pesqueira é uma Vila que se situa no interior de Portugal fazendo parte da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, praticamente isolada e com as suas gentes impedidas do acesso aos Serviços que são o oxigénio de qualquer porção de Terra. Ainda muito fragilizados com a reorganização no âmbito do Plano Nacional de Saúde, em que sofremos uma das mais graves mutilações, somos agora confrontados com a reorganização do mapa judiciário, retirando as competências há muito adquiridas, passando o nosso Tribunal Judicial a funcionar como, e apenas, Secção de Proximidade. Ainda não conseguimos entender o que a palavra "proximidade" adjetiva, pois cada dia que passa, mais as nossas gentes têm que se deslocar para localidades onde se encontram disponíveis os serviços inerentes às suas tribulações quotidianas.

Até parece que esta Terra maravilhosa, Região Demarcada do Douro, Património Mundial da Humanidade, com a essência de um dos produtos mais apreciados no mundo – O Vinho Generoso, não merece ser colocada com equidade no mesmo patamar de outras localidades da região ou de Portugal.

O Tribunal desta Terra é uma "peça" integrante dos serviços que permitem de forma ágil responder às necessidades dos pesqueirenses. Estive, juntamente com os Membros do Executivo e a Senhora Representante da Ordem dos Advogados presente nas Galerias da Assembleia da República no passado dia 2 do corrente na expectativa de a reapreciação parlamentar do novo mapa judiciário nos poder devolver a esperança tão almejada para o nosso concelho. Não poderia ser mais penalizador do que ouvir a Senhora Ministra da Justiça afirmar categoricamente que esta reorganização judiciária será um meio de proximidade e de especialização ao serviço da Comunidade. Sem que constituísse grande admiração, pode-se constatar que a Assembleia da República, na sua votação, manteve a reorganização anteriormente traçada, alheando-se dos interesses prioritários de todos nós.

Como acredito que os representantes da Nação partem mas o Povo permanece na sua mais íntegra aspiração de Direito Adquirido e reconhecendo a forma como a Senhora Bastonária defende o interesse das populações em detrimento de uma atitude centralizadora que transportará consigo uma elevada desorganização administrativa para os portugueses e mesmo um aumento de custos, de forma direta e indireta, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de S. João da

Pesqueira, permita-me convidar Vossa Excelência para estar presente na Reunião Ordinária do dia 27 de junho às 17 horas a decorrer nos Paços do Concelho, no intuito de, conjuntamente, definirmos metas que tragam glórias para este concelho.

Aguardando ansiosamente de Vossa Excelência a confirmação para este ato sou muito respeitosamente

O Presidente da Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira

Eduardo Jorge Pereira Rocha"

Agradeceu mais uma vez à Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados o facto de ter aceite o convite para a participação numa reunião ordinária. Admite que o fez com intuito de não se despendarem verbas numa reunião extraordinária, passando de seguida a palavra à Senhora Bastonária.

A Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores, os Membros da Assembleia Municipal e os seus colegas. "É um privilégio, estar neste local, na Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, primeiro, porque foi Membro também de uma Assembleia Municipal durante muitos anos em Mirandela, segundo por poder estar aqui como Bastonária da Ordem dos Advogados para nos falar um pouco da reorganização Judiciária apelidada como o novo mapa judiciário. Quer deixar uma nota prévia, felicitar a Câmara Municipal e o seu Presidente pela luta que tem travado na defesa da manutenção do Tribunal judicial da Comarca de São João da Pesqueira. Tem dito, um pouco por todo o lado, que é uma luta de cidadania e não uma luta política nem corporativa dos advogados, independentemente da cor política que possua, embora tenhamos as nossas simpatias político-partidárias. Neste momento é preciso que todos se unam à volta do que é um grave atentado contra o estado de direito. Como sabem, a Ordem dos Advogados tem sido uma grande opositora a esta nova geografia dos Tribunais, não só porque põe em causa o direito ao acesso à justiça, mas sobretudo no interior do país acaba por agravar aquilo que são as assimetrias existentes entre o interior e o litoral e que vai acentuar gravemente a desertificação do país. Chama a atenção para o caso de um investidor querer abrir uma empresa no concelho, onde não há Tribunal. A primeira interpelação que é feita às Câmaras Municipais por parte do investidor que quer abrir uma empresa, é saber se há Tribunal e qual é o tempo de decisão do mesmo. Hoje, as dinâmicas económicas não se compadecem com atrasos nas cobranças das dívidas sob o ponto de vista económico, naturalmente ficar-se privado de um Tribunal é ser condenado definitivamente à desertificação. Não basta continuarem a acenar com o Douro Património da Humanidade, porque podemos ser Património da Humanidade, mas nada adianta aos cidadãos que aqui vivem, se forem privados dos serviços básicos. Foram fustigados aqui, como de resto em todo o interior do país, com a reorganização que decorreu no Serviço Nacional de Saúde. Encerraram-se centros de saúde, hospitais e maternidades. Tentou-se a

reorganização administrativa, e porque sabe que estão presentes os Presidentes de Junta de Freguesia, é importante que pensem que a reorganização administrativa já terminou. Não houve a coragem política para avançar com uma reorganização administrativa com uma dimensão mais aprofundada, mas também esta reorganização judiciária é um ante estádio da reorganização administrativa que estava em curso, e que neste momento está em banho-maria. Um concelho que não tem dignidade para ter um Tribunal, um serviço de finanças, um hospital, para prestar cuidados essenciais de saúde, que não tem um Tribunal, que não presta um serviço de justiça ao cidadão é um daqueles que acabará por ser extinto, porque não tem condições mínimas para se manter. Também sobre esse ponto de vista é preocupante assistir-se a reorganizações. Quando estive na Assembleia Municipal de Mirandela dizia muitas vezes que reorganizar é um verbo que é dito muito em Lisboa, mas para os que cá estão é sempre sinónimo de encerrar. Nunca viu nenhuma extinção que incidisse no interior do país que não fosse apelidada de reorganização e, não se traduzisse para nós que cá estamos, num encerramento ou na concentração de serviços. Fica sempre muito apreensiva quando em Lisboa ouve falar em reorganização. Bem, reorganizar significa que Lisboa, Porto, Coimbra, Braga vão ter mais, e que nós vamos deixar de ter o pouco que temos ao nosso dispor. Voltando ao assunto dos Tribunais, que foi o que a trouxe cá, disse que o Senhor Presidente da Câmara, desde o primeiro momento apreendeu que lhe tinham dado um rebuçado, um papel de rebuçado, mas que lá dentro não estava nada. Brindar São João da Pesqueira, esta comarca que tem hoje um Tribunal capacitado para tramitar todas as matérias. Um crime que seja cometido em São João da Pesqueira é aqui julgado, desavença familiar que haja, um divórcio é julgado aqui, qualquer litígio, uma dívida é cobrada aqui, qualquer litígio hoje é dirimido em São João da Pesqueira. Com esta secção de proximidade, e aí concorda com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pois ela também não percebe o que é uma secção de proximidade, cria a expectativa, para quem está menos informado, de que afinal o Tribunal não vai fechar. Não faz parte daqueles vinte que encerram definitivamente e que não vão ter rigorosamente nada, fazendo parte dos vinte e sete que foram brindados com uma secção de proximidade. Mas secção de proximidade não é um Tribunal e é isso que vem alertar, dizer a São João da Pesqueira que uma secção de proximidade é algo tipo um gabinete de atendimento ao cidadão, em que está um funcionário que presta esclarecimentos, onde se pode tirar um registo criminal, mas não se fazem julgamentos. Enquanto houver um estado de direito e esta constituição, enquanto houver leis da República para haver julgamentos é preciso um juiz e um procurador, e enquanto não extinguiem também a classe dos advogados. Nas secções de proximidade não há juízes nem há procuradores. Há um ou dois funcionários que vão atender o cidadão, prestar-lhe auxílio, para fazer aquela recomendação e podem consultar processos os advogados. É bom que os cidadãos percebam isto para não embarcarem na argumentação da Senhora Ministra da Justiça que fala muito bem e que é uma ótima comunicadora. Hoje a tramitação dos processos, na sua esmagadora maioria, é feita através de uma plataforma informática que se chama Citius e que permite aos advogados remeter eletronicamente para os Tribunais as peças processuais e permite consultar os processos nos seus próprios escritórios. Portanto, dizer que São João da Pesqueira vai ter uma secção de proximidade, na qual os cidadãos vão poder consultar os seus

processos é realmente querer deitar areia para os olhos das pessoas, primeiro porque não são os cidadãos que consultam os processos, em geral são os advogados que o fazem, os advogados não vão à secção de proximidade consultar os processos, porque podem vê-los no seu computador, em casa ou no escritório. É uma figura atípica, insiste nisso. Um Tribunal é um órgão de soberania que se cria para desmobilizar as populações. São João da Pesqueira sempre foi muito ativa na defesa da manutenção do Tribunal, muito mediatizada pela intervenção da Assembleia Municipal, dos Membros da Vereação, a Doutora Delfina também é advogada, o Senhor o Senhor Vice-Presidente da Câmara e tendo sido uma luta em que todos se envolveram. São João da Pesqueira conseguiu um feito que outros não conseguiram, mobilizar muitas vezes a comunicação social. Costuma dizer que o que não é visível na comunicação social não existe, o que não passa na televisão não existe. Realmente foi por força do empenho do Presidente da Câmara, da intervenção realmente política dos autarcas locais que conseguiram colocar São João da Pesqueira no mapa da comunicação social. Seguramente não foi por terem acessibilidades muito boas, porque, realmente se em vez de encerrarem Tribunais, melhorassem as estradas, faziam um grande favor a estas populações. Percorreu-a agora, por isso sabe bem do que fala. Conseguiram com essa visibilidade, que São João da Pesqueira não fosse brindado com o encerramento, mas fosse realmente contemplado com uma secção de proximidade que sob o ponto de vista da utilidade para quem quer aceder à justiça é o mesmo que um encerramento. Pensa que os advogados presentes saberão do que está a falar e têm que perceber, esta luta e é bom que sobretudo os Presidentes das Juntas de Freguesia a interiorizarem, pois ninguém dá nada a ninguém. Esta luta não é corporativa, nem a Bastonária da Ordem dos Advogados, com todo o respeito que lhe merecem os cinco, seis ou sete advogados de São João da Pesqueira, se deslocaria de Lisboa até nós. É uma luta de cidadania, os advogados de São João da Pesqueira vão continuar a sê-lo, porque os cidadãos continuam a ter os seus litígios e vai ter que os dirimir nos Tribunais. Os advogados estão sempre salvaguardados, o acesso à justiça é que não está. O que fez de nós advogados, o que fez de si bastonária foi sobretudo essa dimensão de defesa dos direitos fundamentais do cidadão, de defesa de um estado de direito democrático. É algo que lhe incumbe a si, mas também aos autarcas, aos Presidentes de Câmara, aos Presidentes das Assembleias Municipais, aos Membros das Assembleias Municipais e aos Membros do Executivo. Como sabem, no dia 15 de julho, e agora vem o tal pedido que ia fazer, por deliberação tomada numa Assembleia Geral Extraordinária que convocou na Ordem dos Advogados, foi deliberada entre outros assuntos, a realização de um protesto nacional. Esse protesto nacional visa repudiar este mapa judiciário e também demonstrar a insatisfação das populações atingidas por esta nova geografia de Tribunais. Diz ser militante do PSD, sempre Membro da Assembleia Municipal pelo PSD e, enquanto não a expulsarem continuará a ser do PSD, porque as pessoas vêm e vão, mas os partidos ficam. É preciso que os nossos Membros da Assembleia, que foram eleitos por nós a nível distrital, que receberam o voto dos transmontanos para nos representar, para representarem todos os portugueses, terem uma especial atenção áquilo que são as realidades específicas desta região e que percebam também que nós não servimos apenas para exercer o direito de voto. É preciso que a Assembleia da República perceba que os responsabilizamos, porque a verdade é que por força de algum cinzentismo que se abateu, ninguém se tem manifestado com



uma visibilidade que perturbe quem lá está. É evidente que se têm feito muitas vigílias, protestos a nível local, manifestações, designadamente aqui em São João da Pesqueira, pensa que esteve cá o anterior Bastonário Dr. António Marinho e Pinto, mas são realidades que em Lisboa não têm um grande impacto porque naturalmente quem está lá, nem sabe onde fica São João da Pesqueira. Para haver visibilidade é necessário que um protesto seja nacional e que naturalmente haja um número expressivo de pessoas presentes, advogados, autarcas, cidadãos que manifestem a sua indignação. Tem dito que os primeiros que têm de se manifestar são aqueles que mais fustigados são com este novo mapa judiciário e que são, sem dúvida, os quarenta e sete onde há o encerramento dos Tribunais. Diz os quarenta e sete, sendo os vinte em que há um encerramento e as vinte e sete comarcas em que há uma desqualificação para uma secção de proximidade. Está em querer que esses quarenta e sete terão necessariamente de comparecer, mas para além desses, a verdade é que hoje temos duzentos e vinte e uma comarcas e passaremos a ter apenas vinte e três. Portanto há cento e noventa e oito comarcas que também são desqualificadas em Portugal, estas comarcas, que hoje tramitam qualquer matéria vão deixar de a tramitar uma vez que determinadas ações, designadamente as ações superiores a 50 mil euros ou, os processos em que haja intervenção de um Tribunal coletivo ou de júri, passarão a ser tramitadas nas capitais de distrito. Tem-se que fazer alguma coisa. Não se pode continuar a usar a liberdade que alguém conquistou para esta geração e para a sua, porque vê aqui alguns que porventura a ajudaram a conquistar. Pessoalmente não o fez porque não tinha idade para isso, mas não se pode continuar a usar a liberdade que com muito suor e lágrimas foi conquistada e que nos foi oferecida, para estarmos calados. A liberdade para estar calado, já existia no antigo regime, não era necessário fazer o 25 de abril. Todos tinham de se quedarem no mais profundo silêncio. A liberdade é dada exatamente para se poder criticar, para nos opormos, para se dar sugestões construtivas e, para nos indignarmos, só que infelizmente o país tem tido alguma contenção na indignação. Indignamo-nos à mesa do café, são os impostos, as políticas, é a seleção que não joga nada, há indignação a propósito de quase tudo, é o Presidente da Câmara que não mandou tapar o buraco, enfim há indignação em relação a qualquer matéria, mas em momentos decisivos, e determinantes em que as pessoas se têm que mobilizar, em que as populações têm que estar presentes, acabam por não comparecer. Arriscou marcar o protesto nacional, porque pode perder esta luta. Alguém lhe dizia há dias, um jornalista, se como Bastonária da Ordem dos Advogados, tendo-se envolvido tanto nessa luta contra o mapa judiciário, se este mapa realmente entrasse em vigor no dia 1 de setembro, não se iria sentir derrotada? Não, por acaso não, porque sentir-se-ia profundamente derrotada se ele entrasse em vigor dia 1 de Setembro e não tivesse feito tudo o que estava ao seu alcance para evitar que esta catástrofe, que se vai abater na justiça portuguesa ocorresse. Agora não pode ser a Bastonária da Ordem dos Advogados a fazê-lo sozinha, nem pode seguramente ser o Senhor Presidente da Câmara de São João da Pesqueira a fazê-lo, nem o Senhor Presidente da Assembleia. Temos todos nós que fazer essa mobilização. Sabe que ir a Lisboa é longe, que é moroso e que custa, mas olhem que custa tanto ir de São João da Pesqueira a Lisboa como lhe custou a si, vir de Lisboa a São João da Pesqueira. Da sua parte é a segunda vez que cá está. Estivera uma ou duas vezes presente pessoalmente a propósito do mapa judiciário bem como o anterior Bastonário o Dr. Marinho e Pinto e pensa que há necessidade de as

26

As pessoas se mobilizarem. Falou nos Presidentes de Junta, porque isso é quase um vício partidário. Não há ninguém melhor para mobilizar pessoas como os Presidentes de Junta. Sabe que os Presidentes de Câmara acham que são eles mas não são. A proximidade também resulta da existência de Presidentes de Junta de Freguesia nas Freguesias. Conhecem as pessoas, sabem quem é que podem mobilizar, quem pode ir a Lisboa, quem tem vontade de ir e quem não vai definitivamente, e esse trabalho é importante fazer-se, terá de ser executado, naturalmente, pelos Presidentes de Junta. Não invalida que a Câmara faça também um esforço nesse sentido, mas deixa exatamente por estar na Assembleia Municipal, esse pedido de auxílio. Esta luta não é minha, esta luta é daqueles advogados que estão ali em baixo, esta luta é a favor de um estado de direito em que a justiça sob o nosso ponto de vista deve e é administrada nos Tribunais, se os Tribunais fecham temos duas hipóteses, ou fazemos justiça pelas nossas próprias mãos, que começa a ser uma alternativa muito atrativa, sobretudo considerando o que se paga quando tem que se recorrer ao Tribunal, ou acaba por se fomentar aquilo que já está em curso que é a privatização da justiça. Não havendo no concelho, e nos vários concelhos Tribunais, naturalmente que estão criadas as condições para surgirem os chamados meios alternativos de resolução de litígio. Os centros de arbitragem, os centros de mediação vêm naturalmente oferecer um serviço ao cidadão, só que esses centros não gozam, nem nunca vão gozar da imparcialidade e da isenção que goza um Tribunal, as garantias constitucionais que são dadas a um juiz que garante ao cidadão que é isento e imparcial. Já há corruptos, há em todo o lado, mas se calhar, na magistratura é onde há menos, exatamente porque há um conjunto de garantias constitucionais que salvaguardam a imparcialidade e a isenção do juiz que administra a justiça no Tribunal e, porque são órgãos de soberania. Já nos centros de arbitragem diria que há interesses muitos opacos, é uma justiça privada, é uma justiça em que muitas vezes os árbitros são os julgadores da parte de tarde e foram advogados de uma das partes, da parte da manhã. Isso naturalmente retira-lhes essa isenção e imparcialidade. Não quer dizer que não sejam isentos e imparciais, mas abstratamente a isenção e a imparcialidade perdeu-se, e diz-nos a experiência que nesses meios alternativos de resolução de litígios, na sua esmagadora maioria, as partes que têm menos recursos económicos, as mais frágeis sob o ponto de vista económico, são sempre esmagadas pela parte mais forte que tem mais capacidade, que sustenta o centro de arbitragem. Tem dado para que percebam, um exemplo que considera paradigmático. Imagine-se um centro de arbitragem aqui em São João da Pesqueira em que a Optimus tem mil processos, enquanto cidadão tem um, a Optimus é que sustenta o centro de arbitragem. Se o centro de arbitragem decidir ir sempre contra a Optimus, naturalmente que a Optimus vai mudar de centro de arbitragem e vai escolher um juiz, que seja mais favorável à Optimus, porque há alguém com muita capacidade económica. Do outro lado, temos um cidadão que tem, uma vez na vida um problema com a Optimus, logo aí se perde essa isenção e essa imparcialidade. Não foi para isso que foi feita a revolução, não foi para isso que foi feito o 25 de abril. Quando se afirma que se vive num estado de direito democrático não são palavras. Um estado de direito é muito bonito se tivermos aquilo que são os princípios invioláveis do estado de direito democrático, e um dos princípios é exatamente o direito à justiça, e que possam todos aceder a uma justiça igual, um tratamento igual para todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, todos poderem

aceder à justiça se tiverem que dirimir um litígio e essa justiça ser administrada em Tribunais. Para concluir e não querer maçar, gostava de dizer duas coisas, a Senhora Ministra da Justiça tem colocado a tónica em duas questões, duas vertentes, tem dito que este mapa judiciário serve os interesses dos cidadãos porque vem oferecer-lhes uma justiça de proximidade e uma justiça especializada. As tónicas são sempre que o mapa judiciário é bom para o cidadão, pois tem uma justiça de proximidade e uma justiça especializada. Bem, uma justiça de proximidade era convidar a Senhora Ministra a fazer a viagem da Régua a São João da Pesqueira, depois dizerem-lhe agora vá ali a Lamego e depois dê um saltinho a Viseu, porque é o que vão fazer aos cidadãos de São João da Pesqueira, vão ter litígios a serem dirimidos em Lamego e litígios dirimidos em Viseu. A nossa justiça é administrada aqui no Tribunal e o próximo fica a 200 ou 300 metros. Agora vamos ter uma justiça de proximidade administrada fora da área do nosso concelho. Naufraga desde logo no fator a proximidade. O primeiro requisito para que uma justiça seja próxima é exatamente que seja próxima sob o ponto de vista geográfico. Se afastam geograficamente a justiça do cidadão, ela nunca pode ser próxima. Dão-lhe a conotação de ser uma justiça acessível, mas ela já não é acessível hoje porque é cara, se não é próxima mais cara é. Deixa de ser próxima naturalmente que não faz qualquer sentido sendo um insulto à inteligência de cada um de nós. Este tipo de argumentação, que a Senhora Ministra diariamente reverte na comunicação social e sobretudo nas televisões, e tendo já ouvido com muita pena sua, pessoas do interior falarem que por força de alguma doença crónica de partidarite este mapa judiciário é bom porque vai implementar uma justiça de proximidade sem se quer refletirem nas consequências. Quando se ouve é preciso pensar, como é possível alguém de São João da Pesqueira ter uma justiça de proximidade se fecha o Tribunal? O segundo aspeto que a Senhora Ministra realça é que vem trazer a especialização ao interior do país. A especialização, se bem que é discutível, está a ser feita já na União Europeia e se representa uma mais-valia, porque também transforma os juizes em autómatos, começam a fazer sempre a mesma coisa, deixando de ter uma atenção reforçada à especificidade de cada caso. Partindo do pressuposto que a justiça especializada é melhor, a verdade é que a Senhora Ministra não vai oferecer nenhuma especialização, pelo menos para já. A 1 de setembro nenhum cidadão português vai beneficiar, pela simples razão de não ter havido cursos de formação que ministrassem uma especialização aos juizes. Uma justiça especializada exige o quê? Que quem administra a justiça se tivesse especializado naquela matéria. O que nós vamos ter é Tribunais especializados porque vão tramitar apenas uma determinada matéria. Para dar um exemplo e ser mais perceptível, imaginem o Tribunal de família e menores, vai só tramitar processos de família e menores. Portanto, sob esse ponto de vista há uma especialização, só que o juiz que vai ajuizar é um juiz, que se calhar é um juiz de São João da Pesqueira que não tem uma qualificação especial para tramitar processos de família e menores. Tem dito e reafirma que a justiça especializada vai ser administrada por juizes indiferenciados. É quase como o Presidente da Câmara, numa manobra de charme, abrir um posto de saúde e por lá uma placa a dizer especialidades: oftalmologia, cardiologia, pneumologia e por aí fora, e depois colocar lá um médico de clínica geral. Também sob esse ponto de vista e, em relação ao interior do país, não nos é dado nada. Passa-se no país todo, só que se em Lisboa ou no Porto, ou nas capitais distritais não tem um grande impacto,

porque os Tribunais especializados são criados com juízes indiferenciados, mas são criados só para tramitar aquelas matérias, e as populações não têm que se deslocar, porque há um Tribunal em cada esquina, aqui, essa justiça especializada, ou pseudo-especializada vai trazer realmente um custo insuportável para o cidadão porque vai ter de se deslocar a mais de 70, 80, 100 quilómetros à procura dessa justiça. Sob esse ponto de vista não é suportado o custo da especialização porque não se retira nenhum dividendo e ainda por cima importa num grande custo. A Ordem tem defendido, e mantém isso, que se a Senhora Ministra quer dar justiça especializada, enfim, tudo bem, até se aceita que dê, só que é mais fácil vir o juiz especialista de Viseu a São João da Pesqueira do que irem os cidadãos, o autor e o réu, as testemunhas, os peritos enfim, tudo aquilo que rola à volta de um julgamento a Viseu. É complicado e mais dispendioso. Se a Senhora Ministra quer uma justiça especializada, ótimo, excelente, agora o preço não pode ser suportado pelo cidadão porque esse já está esmagado com impostos e com a triste realidade que todos nós conhecemos. É por isso que se tem de reagir e não se pode continuar a achar que a responsabilidade da indignação é passável a terceiros por procuração. Os advogados dizem "bem eu não vou porque vai a Presidente da delegação", os cidadãos não vão, que vá o Presidente da Câmara. Não pode ser. Ainda sou uma apaixonada por estas questões, começo a achar que temos exatamente aquilo que merecemos. Para além de exercermos o voto, e até parece que isso está a dar muito trabalho, considerando a abstenção que houve nas eleições europeias, para além disso, para um período de quatro anos elegemos o governo, se governarem mal criticamos, mas não nos manifestamos. São as pessoas que acabam por se demitirem de ser cidadãos, por isso dissera há pouco que é uma luta de cidadania. Acredita que pode contar com o Senhor Presidente da Câmara, com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a quem agradece, o facto de a ter convidado para estar aqui presente e gostaria de contar convosco, no dia 15 de julho. Realmente é determinante. Poderão dizer, mas isso não vai impedir que o Tribunal de São João da Pesqueira encerre. Não se sabe, dependerá da dimensão do protesto e de muitas outras matérias porque o que é verdade hoje, nem sempre corresponde à verdade do dia seguinte e poderá haver surpresas. Todos sabemos que há graves atrasos, várias preocupações por parte de todos os operadores judiciais, em relação à retribuição dos oito milhões de processos judiciais para Tribunais que não foram adaptados e que não têm condições para os receber. Os juízes e os procuradores estão em pânico, infelizmente para o estado de direito, e é por isso que também se orgulha muito em ser Bastonária da Ordem dos Advogados e crê que os colegas presentes também se orgulham muito de ser advogados. Ainda podemos falar, somos livres, somos independentes e podemos manifestar a nossa preocupação. Têm-lhe chegado ecos de grandes preocupações por parte de todos os profissionais ligados à justiça. Têm, por força do seu estatuto, um dever de reserva acrescido, mas isso não significa que não estejam atentos e não se apercebam do drama que se vai abater no sistema judicial português a partir do dia 1 de setembro. Ainda vamos a tempo de inverter essa marcha, o dia 15 de julho foi escolhido exatamente por ser o último dia antes das férias judiciais, o último dia em que os Tribunais estão plenamente abertos, antes desta reorganização judiciária e está a contar com toda a população, com todos os autarca e também com todo o seu empenho".



O Senhor Presidente da Mesa agradeceu à Senhora Bastonária dizendo ter sido uma honra recebê-la e ouvi-la, pois embora se esteja no Interior, gosta-se de estar informado tanto quanto os que vivem nos meios urbanos. Com a autorização da Senhora Bastonária, desde que pretendam inscrever-se para colocar alguma questão pertinente aceita inscrições.

O Presidente da Mesa solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a utilização da palavra do Senhor Vereador Manuel Cordeiro o qual agradeceu à sua Bastonária a presença no seu concelho, dizendo que para ele foi um orgulho perante os seus conceterrâneos tê-la na sua terra. Corrigiu, dizendo ser Vereador da Oposição e não Vice-Presidente. Pegando nas palavras da Senhora Bastonária reforça também que a mobilização das pessoas é importante. A maioria foi eleita pelo partido que está no poder. Disse ainda que ele, o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, a colega Delfina e o Vereador viram e ouviram a discussão que se fez na Assembleia da República. Quem nós elegemos pelo PSD e pelo CDS pelo distrito de Viseu, assumiram esta reforma e nem sequer se dignaram a fazer uma declaração de voto, não tendo feito absolutamente nada. Quando houver eleições está-se disposto a receber esses Membros da Assembleia da República, da maneira como eles nos trataram. Há tratamentos desiguais, evidentemente nenhum dos Tribunais do interior devia encerrar, mas a política é exatamente a contrária. Se não há pessoas, se não há processos, então há que criar condições que venham a criar serviços, ou até aumentá-los. Foz-Côa mantém o Tribunal. Na primeira proposta apresentada à Mesa, a Pesqueira mantinha-se, o que à partida seria menos tendenciosa, e Foz-Côa e Satão fechavam. Foz-Côa afinal mantém-se apesar de ter menos processos que nós.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por cumprimentar a Senhora Bastonária agradecendo o facto de ter vindo a São João da Pesqueira, reforçou que tem consciência que de Lisboa a São João da Pesqueira são muitos quilómetros, mas nós também vamos lá e pagamos portagens. É dos que pensa, e já anda aqui há algum tempo, que é política e os políticos são o que são. Ainda hoje tivera essa discussão, porque os políticos são vistos como mentirosos, aldrabões e gente que não cumpre. Há políticos sérios, em sua opinião os que estão no governo não o são, na medida que não cumprem aquilo que prometeram. Quem não cumpre, não é sério. Ouviu com muita atenção dizer que o executivo e a Assembleia Municipal estiveram por perto desses movimentos, mas houve falhas tremendas. Foi dito que Foz-Côa mantém-se e nós fechamos, algo se passou, talvez peso político. Lamenta dizê-lo, mas o que se fez foi tardiamente. Irá a Lisboa porque está sempre na linha da frente para a defesa da região do Douro e dos seus interesses, assim como vai à manifestação da AVIDOURO que é afeta ao Partido Comunista, porquê? Porque quer defender a Região Demarcada. Pergunta à Senhora Bastonária o que é que se pode fazer mais? Vai-se a Lisboa e depois? Pode-se desviar o Douro para o Terreiro do Paço para afogar aqueles políticos? Não podemos. Então o que podemos fazer mais? Já estivera na manifestação em frente ao Palácio da Justiça, vimos e ouvimos na televisão aquela meia dúzia. O que acontece é que estamos a deixar passar ao lado o encerramento do Tribunal. Foz Côa e Satão ficam, concelhos com menos importância que nós. Não compreende, é que no nosso caso além da Justiça vai tudo para Moimenta da Beira. O Douro está-se a transferir para lá, o que podemos fazer? Bofetadas não, que é proibido. Vamos assobiá-los? Também não, senão pensam que é algum jogo de futebol. Então o que podemos fazer? Chega dia 15, depois vão de férias, abrem o serviço e nós teremos que ir para Lamego ou

Viseu. Qualquer dia encerram tudo, colocam aqui umas grades e fazem um jardim. Querem encerrar o país, e começam pelas partes mais fracas que é o interior. A agricultura acabou, agora os homens estão lá por estar. Deve-se ser mais firme no que se faz. O Duriense é assim, quando aparece um visitante dá-lhe a conhecer o melhor que se tem e mandamo-los entrar em casa. Saem daqui a dizer que tudo é muito bonito, chegam a Lisboa e dizem "são lá de cima, nem contam para a história". Tem que se deixar de ser assim, quando os Membros da Assembleia da República cá vierem devemos corrê-los às palmadas nas costas, para lhes agradecer o que fizeram por nós, mas as palmadas têm que ser duras.

A Senhora Lourdes Marinho disse que concordava plenamente com o Senhor Joaquim Monteiro porque Portugal não é só Lisboa e o interior é que faz da capital a parte económica que muitas vezes os políticos vão desbaratar. Realmente põem todos os entraves e querem a extinção do Tribunal de São João da Pesqueira. Pergunta se alguma vez já se lembraram que o Tribunal da Pesqueira também executa o trabalho do concelho de Penedono. Penedono também está sob a jurisdição do nosso Tribunal. Afirma não ter realmente grande confiança em que a Senhora Ministra não vá levar a água ao seu moinho, porque já há uns anos, os anteriores governos tomaram o pulso ao povo português, e embora sejamos um povo livre independente e democrático, dá a impressão que é mais um proforma. Fez-se o 25 de abril, implantou-se a democracia, mas não foi cultivada, por isso o povo não sabe o que ela é, não sabe muitas vezes defender-se e não sabe zelar pelos seus próprios interesses. Se levarem até ao fim o mapa judiciário é casmurrice. Já não temos o centro de saúde com urgências, as escolas estão constantemente a encerrar. Do princípio ao fim, e em cada Ministério todos eles já sofreram cortes e vão continuar a cortar. Vê que nestes últimos governos a preocupação é realmente trabalhar para a Tróica, mas não interessa a Tróica, preferia ter continuado com o escudo do que com o euro, porque o euro veio por Portugal numa situação de quase escravidão perante o poder político. O poder político está subordinado às leis da comunidade europeia e não batalha, não assume os compromissos, acha que têm medo e continuamos a ser sempre o povo menor. Tanto faz que seja no futebol, como noutra organismo, calámo-nos a tudo. Diz ser leiga nas questões da justiça, mas reconhece que se continuarem com o mesmo objetivo de querer encerrar Tribunais, sabe que quando pensam numa determinada situação têm-na levado ao fim. Não compactua muito com isso, está-se a defender aquilo que é nosso, as pessoas que não têm possibilidades económicas e de mobilidade para andar de Lamego para Viseu e de Viseu para Lamego. Questionou a Senhora Bastonária na hipótese de o encerramento se concretizar, qual é o papel legal de a Autarquia poder assumir o Tribunal? A Autarquia tem legitimidade para assumir o Tribunal e que o mesmo se mantenha como foi sempre, assumindo as despesas inerentes ao funcionamento do mesmo?

O Senhor Presidente da Mesa pediu para que fossem concisos e com objetivos concretos em relação às questões que colocam. Informou os presentes que de acordo com o regimento apenas se aceitam inscrições do público no início da sessão. Várias pessoas, e individualidades presentes solicitaram a participação. Propõe à Assembleia que se aceitam neste momento essas inscrições. A proposta foi aceite por unanimidade. Foram aceites inscrições da Doutora Elvira, do Senhor Américo e do Senhor Doutor

Vitor Cardoso mas que antes a Senhora Bastonária faria o ponto de situação se o permitirem.

A Senhora Bastonária querendo responder transversalmente a todas as intervenções começou por dizer que o grande problema é que todos querem tirar dividendos políticos de tudo o que se faz. Faz parte da nossa natureza, só que há matérias que são tão importantes, são tão essenciais, são tão fundamentais para os cidadãos, que temos que despir o nosso casaco político. Tentar não acusar A, B ou C o que o Presidente da Câmara fez ou que não fez, o que os outros fizeram, ou não fizeram, em vez de se discutir isso, se todas as forças, as que estão no poder, desde os Vereadores, Presidentes, Vice-Presidentes, aos Vereadores da oposição se esforçassem, para de forma unida e a uma só voz, manifestarem a sua oposição aos Membros da Assembleia da República e ao Governo, porventura teríamos mais eco do que aquele que temos. O problema começa desde logo nas divisões internas. Começam com as filiações partidárias. Não se pode criticar o governo, fala por ela, critica mas votou nele, votou no PSD, está profundamente enganada, mas isso é outra questão, mas votou, agora por ter votado não vai estar a aplaudir medidas que considera absolutamente desastrosas na área da justiça, para não falar nas outras áreas. Ao ser Vereador da oposição não significa que não se formulem propostas construtivas, para que fique em funcionamento o Tribunal, e está convencida que seguramente o fizeram. Mais do que se estar a ver o que o Senhor Presidente fez ou não fez e que deveria ter feito, porventura seria mais necessário todos nós fazer uma reflexão e dar contributos para que realmente a reorganização não tenha em São João da Pesqueira o impacto que vai ter. Porque Foz-Côa ficou aberto e este Tribunal não ficou? O que pode dizer é o que diz a Ministra, houve uma altura que achava que ela andava a pescar à linha, fez umas reuniões com os Presidentes de Câmara e na altura dissera publicamente que a Senhora Ministra da Justiça andava a fazer umas abordagens para desmobilizar as populações e portanto iria ceder aqui ou ali, a este ou àquele Presidente de Câmara em função dos interesses que tenham em termos políticos e das pressões que sofra. O que lhe foi dito é uma questão de números, ou seja, os números que foram apresentados à Senhora Ministra, foram determinantes nas escolhas que fez. A verdade é que os números que a Ordem tem e que resultaram da recolha que fez através das suas delegações, pedindo a todas que lhe enviassem as pendências dos processos em Tribunais não correspondem aos da Senhora Ministra. Constatou que em São João da Pesqueira o número de processos que constavam do relatório da direção geral da administração da justiça não têm nada a ver com o número de processos que lhe foram facultados, e esse número de processos não são da Ordem dos Advogados, foram facultados pelos secretários dos Tribunais, e que têm uma plataforma informática, onde conseguem apurar concretamente, e a cada momento quantos processos estão a ser tramitados. Sobre o ponto de vista formal o argumento que é utilizado, que faz parte do relatório da administração da justiça e que fundamentou esta decisão, foi realmente das pendências. Não entra neste tipo de lutas, porque é que não fechou o de Foz-Côa e fechou o de São João da Pesqueira. Para si não devia fechar nenhum, mas está absolutamente convencida que enquanto andarmos a discutir porque é que fecha o de São João da Pesqueira e não fecha o de Foz-Côa, a Ministra está de parabéns, porque é exatamente isso que tira a força. Enquanto nós, um nós que não é magistrático (normalmente utiliza-se na política um nós magistrático), porque fica bem, fala num nós porque também

é de cá. Enquanto nós não alterarmos também a nossa forma de estar e de fazer política, não vamos ter nenhuma capacidade de reivindicação. Agora é o PSD, mas quem fechou as maternidades foi o PS, portanto não vale a pena andarmos a atirar pedras uns aos outros. Todas as reformas que foram feitas nos últimos 20 anos, tudo o que se reorganizou no interior do País, foram traduzidas em encerramento de serviços públicos. Nem os do PSD podem atirar muitas pedras aos do PS, nem o PS ao PSD, há aquilo que se costuma dizer: um empate. Se me disserem, era melhor o mapa judiciário apresentado pelo Partido Socialista concordar, mas resultou de uma negociação com a Ordem dos Advogados já lá vão 6 anos. Era Vice- Presidente do anterior Bastonário e acompanhou essa negociação que foi dura, porque o primeiro projeto previa encerramento de Tribunais e também previa a concentração de serviços, a única diferença é que temos uma Ministra que não ouve ninguém. Não sabe se ouviu o Presidente da Câmara de Foz-Côa, não faz a menor ideia, nem isso a preocupa. Considera e deixa alguma mágoa, porque enquanto andarmos a discutir e a reivindicar cada um o seu quintalzinho, e às vezes até se fica chateado, quando vai para o quintal dos outros, não temos, nem nunca vamos ter coesão. Não há planeamento estratégico regional, porque todos pensamos no nosso Município e queremos as Finanças, os Correios e o Tribunal, mas se tirarem o Tribunal no Município vizinho isso não nos afeta. No dia em que o interior do país perceber que é tão grave fechar o Tribunal de São João da Pesqueira como fechar o de Foz-Côa, e no dia em que vir São João da Pesqueira a manifestar-se porque fechou o Tribunal de Foz-Côa, embora o de São João da Pesqueira fique aberto, nesse dia, eventualmente, será dado um passo para o desenvolvimento da nossa região. Respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro, porque é o que pensa profundamente como Bastonária da Ordem dos Advogados e também como autarca que já foi, dizer-lhe que concorda. Houve uma altura que queriam construir umas barragens e ficou com a convicção que iam afundar o interior do país, não sei se se lembram quando foram previstas outras barragens na zona de Mirandela, do Tua e por aí fora e disse: "bem definitivamente lá vamos nós para o Porto e para Lisboa porque isto aqui vai ser uma barragem monumental". O que se pode dizer é que temos também alguma responsabilidade. Sabe, por questões político-partidárias que se fala nos Membros da Assembleia do PSD e CDS, e esses são sem margens de dúvida aqueles que aprovaram esta reorganização judiciária no momento em que passaram um cheque em branco ao Ministério da Justiça, por isso é que a manifestação não é á frente do Ministério da Justiça, mas sim à frente da Assembleia da República, porque o Ministério da Justiça e o governo só aprovaram este mapa judiciário porque houve uma autorização dada pela Assembleia da República para que legissem nessa matéria. Quando se passa um cheque em branco, a responsabilidade é nossa, não é depois de quem preenche o cheque, porque até o fez de boa-fé. Se der um cheque ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e lhe disser: "olhe Senhor Presidente da Assembleia Municipal tome lá esse cheque e faça dele o que quiser. Depois não poderá dizer o Senhor Presidente, levantou muito dinheiro e eu não o tinha na conta", devia ter dito a quantia. Portanto a Assembleia da República que tem competências para legislar nessa matéria, se queria autorizar o governo a legislar nessa matéria, tinha que delimitar os termos em que se viesse a produzir essa legislação e, discordando dela, devia ter avocado esse processo. Mas pode-se dizer "estavam todos distraídos, e preocupados com a Tróica", mas entretanto já houve pelo menos mais dois



debates a pedido, salvo erro do PCP e do Partido Socialista, em que os Membros da Assembleia da República tiveram oportunidade para dizer, na altura, passamos um cheque em branco, mas porque fomos passar o fim-de-semana a São João da Pesqueira ou a qualquer outra zona é que vimos realmente o impacto negativo que causaria. Vamos reparar o erro que cometemos, mas não, voltaram a votar com o mesmo sentido de voto. O que disse ainda há dias numa entrevista e que chocou muita gente é que está a chegar à conclusão que os nossos Membros da Assembleia da República, infelizmente para todos nós, qualquer que seja a cor política, não estão ao serviço do cidadão, mas estão ao serviço dos interesses político-partidários, por isso é que se demitem de representar os cidadãos que os elegeram e obedecem cegamente à disciplina do seu partido. Para tal não é preciso haver democracia e podia-se poupar muitíssimo dinheiro extinguindo-se quase a Assembleia da República, e os partidos decidiam o que fazer. A Senhora Manuela Ferreira Leite dizia que era preciso refundar o Estado e na altura foi muito criticada e por acaso aplaudiu. Se calhar é preciso refundar o Estado e temos todos que refletir sobre essa razão de ser. Não haver só círculos nacionais nas Europeias, só círculos distritais para a Assembleia da República. Para quê haver círculos distritais se depois quem nos representa não tem a especial sensibilidade para representar os cidadãos do seu distrito. Então elegem-se todos os deputados de Lisboa e poupa-se nas despesas de deslocação que são avultadas e representam, ao fim de um ano, umas centenas de milhares de euros. "Doutora Lourdes Marinho a democracia é algo que está sempre por acabar, também é um desafio permanente, e isso deve ser também interiorizado, porque há muito quem pense que a democracia começou com a sua implementação. Fez-se o 25 de abril, estamos em Democracia e agora não é preciso fazer nada, a democracia tem que ser todos os dias alimentada e cultivada e a melhor maneira é exatamente dar valor aos princípios e aos direitos da cidadania. O primeiro local onde deve ser cultivada é a seu ver na Assembleia Municipal como é o caso".

A Dr.<sup>a</sup> Elvira Márcia começou por agradecer à Assembleia Municipal o precedente que abriram para que o público se pudesse inscrever. É nessa qualidade que está presente, mas também como representante da Ordem dos Advogados. Cumprimentou formalmente a Senhora Bastonária por vir a São João da Pesqueira e responder ao convite que lhe foi endereçado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. "É um prazer e uma honra vê-la aqui, como também já aconteceu com o anterior Bastonário". A Senhora Bastonária acabou já por responder ao fazer este ponto de situação, àquilo que seriam algumas questões que iria levantar com os Senhores Presidentes de Junta, do Executivo e perante o público. Veio, esclarecer e desafiar para que se esteja no dia 15 de julho em Lisboa. Lamenta profundamente que ainda se coloquem questões, se levantem dúvidas daquilo que será o resultado deste protesto e que haja aqui tricas por questões partidárias. Está aqui apenas como cidadã e como Delegada da Ordem dos Advogados. Diz tudo ter feito para que, o Tribunal não encerre. Todos os dias os clientes, pessoas conhecidas e amigas, perguntam se se vai ficar sem Tribunal? Responde que se nos mantivermos passivamente nas nossas casas, e não sairmos para a rua e protestar, é evidente que vamos ficar sem Tribunal porque está decidido e está legislado. Aproveita, e para reforçar o pedido da sua Bastonária, desafiando os Senhores Presidentes de Junta, que sabem que sempre tiveram a sua colaboração naquilo em que pode ajudar, para que mobilizem as

populações a estarem presentes em Lisboa. Apelou à Senhora Bastonária que antes de se retirar, consiga convencer este público que é reduzido em relação à população do nosso concelho, que efetivamente vale a pena, nem que seja só o concelho de São João da Pesqueira a estar representado no dia 15 de julho na manifestação. Como advogada e Delegada da Ordem esteve desde o primeiro momento atenta aos vários documentos que foram saindo. O primeiro documento, não encerraria São João da Pesqueira e até anexava Tabuaço, entretanto outros documentos se foram sucedendo, até que São João da Pesqueira acabou por ser contemplada com a tal secção de proximidade. Se uns se mantêm e outros fecham, isso não é a questão que tem de se colocar agora. Temos que nos preocupar com a diferença entre o encerramento e a secção de proximidade que nos foi dada como reбуçado envenenado. Lamentou que haja quem se satisfaça com a secção de proximidade. Ouviu alguns autarcas e a Senhora Bastonária sabe, porque também estava nessa reunião em Lisboa, alguns até ficaram satisfeitos só com a secção de proximidade, nós não nos contentamos com essa postura. O Senhor Presidente da Câmara tem-na acompanhado sempre que é solicitada para estar em reuniões que tenham a ver com esta matéria. O Senhor Presidente faz o mesmo, convidando-a para o acompanhar em reuniões da mesma temática. Neste momento urge que estejamos todos dia 15 de julho em Lisboa. Terminou a sua intervenção agradecendo mais uma vez à Senhora Bastonária por ter vindo a São João da Pesqueira.

O Senhor Américo referiu à Senhora Bastonária que trabalhou muitos anos nos Tribunais, conheceu muitos Ministros, sabe o que são, nunca viu uma pessoa tão medíocre como a atual Ministra da Justiça. Só há uma coisa a fazer neste momento, e respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro, é tentar pô-la na rua. O que tem que se fazer é irmos realmente todos, dispostos a tudo e tentar correr com aquela Senhora que está lá a mais. Trabalhou com vários juizes, durante talvez 30 anos, andou por todo o país e nunca viu uma coisa como esta. Temos que nos unir seja que partido for e ir para a luta, se cairmos ficamos lá mortos. Quería apelar aos Presidentes que fossem com garra, precisa-se de demonstrar que estamos revoltados, dizer "Vossa Excelência está aqui a mais deve ir para a rua", agradecendo a sua presença.

O Dr. Vítor Cardoso agradece a presença da Senhora Bastonária e felicitou-a. Fez uma confidência, não votou nela mas de facto está arrependido, isto não são palavras vãs até, porque foi mandatário de um candidato também a Bastonário da região, mas quis felicitá-la porque está de facto a liderar esta luta de forma tenaz. Sabe que é árduo mas fica feliz porque a Ordem dos Advogados está atenta. Esteve atento às intervenções que foram feitas e queria referir um ou outro pormenor que é importante. Nesta guerra que é uma guerra no bom sentido, não há culpados já foi dito. O que é que falha, porque é que Foz-Côa se mantêm e Pesqueira vai fechar, é talvez a pessoa que pode falar sobre isso. É advogado do Município e sabe que desde o início que a Câmara Municipal, era noticia nos jornais e televisão por se falar no encerramento do Tribunal. "Como Vossa Excelência o referiu e bem, não é nenhuma reestruturação, nem nenhuma reorganização, a Câmara Municipal esteve atenta e o Senhor Presidente interpelou-o no aspeto de como reagir. Tivemos o infeliz exemplo judicial com o encerramento do Centro de Saúde no período noturno e está provado judicialmente. Há uma sentença quanto a isso, esteve nesse processo e há aqui pessoas que também estiveram presentes. A Dr.ª Delfina foi testemunha e estão provados nesse processo judicial, os custos da interioridade. No período de Inverno e quando

alguém tem que ser assistido durante a noite, não há assistência médica na Pesqueira e temos que ir para Lamego. Nesse período é impossível transitar em vários sítios do percurso que nos liga a Lamego. Está provado judicialmente que nesse período de Inverno, onde há gelo, onde há neve, onde há quedas de muros, e temos que ir a Tabuaço e voltar a descer ao rio, outras vezes ir por Sabrosa e Vila Real, demoramos hora e meia a chegar ao Hospital. O Tribunal administrativo de Viseu veio confirmar que estes custos existem, estamos no interior, o acesso ao litoral é efetivamente duro, só que judicialmente isto vale pouco ou nada, porque são atos políticos. O Tribunal administrativo, no caso concreto do encerramento do Centro de Saúde, no período noturno, considerou que de facto tudo isso era notório, era verdade, só que são atos políticos e os atos políticos são incendiáveis. O Senhor Presidente da Câmara, tentou reagir judicialmente a este ato político, tentando um processo judicial atacando judicialmente essa decisão política, o que é certo é que temos este exemplo. Por mais boa vontade que o Senhor Presidente tenha, e tem, toda a gente sabe isso, estamos limitados de poder atacar judicialmente essa decisão, isso é notório. Não há aqui culpados, e se há culpados, somos todos nós, pela nossa passividade. Há outros pormenores importantes que se devem dizer e que hoje não têm sido referidos que é o encerramento do Tribunal de São João da Pesqueira visto de uma perspectiva economicista, como sendo um ato de gestão danosa. Porquê? Como advogado estou cá muitas vezes durante a semana e tive a preocupação de falar com o Senhor Secretário do Tribunal local, com o de Tabuaço, com o da Régua e com o de Lamego, ver os custos de manutenção dos Tribunais quer em termos de pessoal, quer em termos de vencimento dos magistrados. Conclui, tendo uma análise panorâmica geral dos vários Tribunais, verificando que o Tribunal da Pesqueira em termos de receitas judiciais, e nas taxas da justiça, comparativamente aos custos, dá lucro. Se me pedirem pormenores em números não os tenho. Fez um apanhado geral por consulta acerca de um ano a outros secretários. Está aqui o Senhor Carlos que lhe confirmara que é verdade, até neste pormenor é um ato de gestão danosa. O próprio Estado português deixa de ter uma fonte de receita que é o encerramento do Tribunal da Pesqueira".

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para agradecer a presença da Senhora Bastonária no nosso concelho essencialmente pela ajuda prestada nesta luta e toda a sua disponibilidade. Há dias falando com a Dr.ª Elvira surgiu a hipótese de se ir a Lisboa dia 15, ficando com a ideia que seria um trabalho a fazer com a Associação Nacional de Municípios. Até hoje não tivera resposta dessa Associação. Sempre achou que a união faz a força e que teria impacto se essas manifestações fossem em conjunto com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Ordem dos Advogados. Têm vindo a provar que estamos na política defendendo os interesses dos munícipes independentemente das cores político-partidárias. Em conjunto com os Presidentes da Câmara de Armamar e de Tabuaço apresentaram uma alternativa à Senhora Ministra, já neste novo executivo. Baseava-se na mobilidade dos próprios juizes, em detrimento da mobilidade das pessoas, uma vez que Tabuaço e Armamar têm o mesmo juiz, que poderia exercer funções também em São João da Pesqueira. Apresentaram esse documento à Senhora Ministra da Justiça e não viram as suas pretensões valorizadas, insistindo esta sempre na Secção de Proximidade. Salientou mais uma vez a amabilidade que a Senhora Bastonária sempre lhes dispensara.

A Senhora Bastonária começou por responder ao Senhor Presidente da Câmara, agradecendo a generosidade das suas palavras e fazer outra

declaração. "Não faço a menor ideia de que cor partidária é o Senhor Presidente da Câmara, não sei se é do Partido Socialista, se é do PSD, porque esta zona se reparte muitos entre esses dois partidos. Sabe que foi uma pessoa muita ativa, porque esteve em todas as reuniões que a Ordem dos Advogados fez em Lisboa, contrariamente a outros autarcas, e isso tem que reconhecer, independentemente das simpatias que cada um possa ter. Foi tão ativo que o anterior Bastonário sempre que falava em encerramento de Tribunais, falava em São João da Pesqueira e um dia recebeu várias queixas por causa disso, por também haver mais quarenta e sete a encerrar, e na RTP, sempre que o Senhor Bastonário falava no mapa judiciário, falava em São João da Pesqueira, por força da presença ativa do Senhor Presidente da Câmara e também por força de uma presença muitíssimo ativa da amiga e colega Dr.ª Elvira Márcia que passe a expressão, nos chagava a paciência por causa do encerramento do Tribunal de São João da Pesqueira. Portanto, quando alguém pensava num Tribunal que ia fechar, vinha logo à cabeça São João da Pesqueira, o que acabava, quando se falava em televisão, por martirizar um pouco os outros que também gostavam de ver mencionado o seu Tribunal. Isto para dizer que foi recíproco, a Ordem dos Advogados colaborou sempre com o Senhor Presidente da Câmara e foi um privilégio ver o empenho que colocou nesta defesa. Quanto à Associação de Municípios, quando foi aprovada a deliberação na Assembleia de 30 de maio, percebeu-se que era uma Assembleia só de advogados. A Ordem já tinha feito várias Assembleias em que participaram autarcas e advogados e entendeu que tinha chegado o momento para se fazer uma Assembleia Extraordinária dos seus associados para perceber também o sentimento dos próprios advogados, sem que houvesse interferências de terceiros. Por serem só os advogados, a deliberação só vincula a Ordem dos Advogados, e os advogados não vinculam a Associações Nacional de Municípios. Neste contexto, o que foi deliberado foi fazer o protesto nacional, preferencialmente com a colaboração da Associação Nacional de Municípios e, uma vez que já batemos bastante nos advogados, não posso deixar de manifestar aqui a minha estranheza pela falta de empenho, de força, de manifestação da própria Associação Nacional de Municípios. Pedi no dia imediatamente a seguir à Assembleia uma reunião urgente com a Associação Nacional de Municípios, que foi sendo adiada e ainda não se concretizou. Tenho alguns feedbacks informais, mas formalmente a indicação que tem é que o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios não tem, com a urgência que pedia, agenda para a receber, portanto, percebe que a Associação padece dos vícios que imputamos aos Membros da Assembleia da República. A Associação Nacional de Municípios também tem municípios que foram muito fustigados com este mapa judiciário e tem Municípios que estão a aplaudir efetivamente o reforço de competências dos seus próprios Tribunais. Isso faz com que a própria Associação, a seu ver, esteja um tanto dividida. Temos também o problema dos próprios Presidentes de Câmara, não todos felizmente, mas alguns também devem padecer da mesma doença que os Membros da Assembleia da República, mesmo tentando contra o seu Município, primeiro o seu partido. Há realmente alguma relutância, numa manifestação de indignação muito musculada e a Associação Nacional de Municípios, pelo menos para já, formalmente não lhe deu qualquer resposta. Mantém aquilo que disse, gostaria que esta organização fosse conjunta, mas o protesto vai-se fazer com a Associação Nacional de Municípios ou sem ela, porque há autarcas, há Presidentes de Câmara que estão claramente





empenhados, muitos deles felizmente, depois porque há pessoas que estão empenhadas e há advogados que também se estão a mobilizar. Tem mantido conversações com todas as Associações sindicais. Reuniu já com todas elas, as que estão mais ligadas aos Trabalhadores Sociais-Democratas, as mais ligadas aos trabalhadores Socialistas ou Comunistas. Para si isso não interessa, o que interessa é que realmente se consigam mobilizar as pessoas. Respondendo ao Senhor Américo, ele quer é demitir a Ministra, mas para se demitir uma Ministra é preciso que se demonstre. Não acha que ela seja medíocre, acha que ela serve os interesses, clara e inequivocamente de uma determinada advocacia que sai reforçada com esta reorganização judiciária. Portanto, não é por ser medíocre, pelo contrário, é porque está hipotecada a determinados interesses que saem beneficiados com o encerramento e desqualificação dos Tribunais. Mesmo que os Ministros não devam ser demitidos por serem medíocres, também podem sê-lo por estarem a patrocinar não o interesse nacional, e isso, é o que acha que a Senhora Ministra está a fazer. Dizia há pouco o Dr. Vítor Cardoso que é evidente que as próprias Câmaras pediram à Ordem dos Advogados que associassem providências cautelares nas ações administrativas. A Ordem entendeu não o fazer, entendeu que todos os meios são legítimos para combater. Sob o ponto de vista jurídico seria muito difícil conseguir obter êxito, exatamente por ser dominante esta posição dos Tribunais administrativos de não poderem sindicar decisões ou atos políticos. Só discorda no facto que o Senhor Dr. disse: "as decisões políticas são insindicáveis", não são. Cada vez que vamos votar, estamos a sindicat as decisões que foram tomadas, portanto é importante quem está. Isto chegou a um ponto que se criou quase a convicção e a expectativa nos próprios políticos que as decisões deles são de todo insindicáveis. São insindicáveis nos Tribunais porque são, são insindicáveis porque tem sido decidido na jurisprudência e são insindicáveis nas eleições porque nós acabamos por votar sempre nos mesmos. Portanto seja de uma forma, ou de outra, a verdade é que ninguém anda a fazer algum tipo de sindicância, as sindicâncias fazem-se também manifestando a nossa indignação num protesto, como foi feito aqui. A população juntou-se e disse que não concordava com o encerramento. O que se vai fazer em Lisboa é tentar reunir um número amplo de pessoas e demonstrar a quem ainda não está convencido que realmente não concordamos com este mapa judiciário e que se insistirem nisto, um dia vamos sindicat esta decisão nas eleições. Quando se fala na possibilidade de se reverter isto ou não, é preciso ter-se em conta que vai haver eleições no próximo ano. Mesmo no partido Socialista estão a fazer transformações muito interessantes, que estão a preocupar os próprios partidos que estão no governo. Não podemos ignorar estas realidades, ou seja, a estabilidade que existiu até agora pode estar um pouco em causa e portanto também temos seguramente um governo de Portugal mais preocupado e mais sensível às manifestações que tenham visibilidade e impacto, exatamente porque vão ser sindicadas estas decisões. Se é verdade que a Ministra da Justiça se tem aguentado a todas as críticas, não deixa de ser verdade que se houver um protesto muito significativo, e sobretudo os atrasos que se anteveem na transferência de processos, pode estar em causa a continuidade dela. Não está em crer que caindo esta Ministra, alguém retome, tão cedo este processo, porque não é em ano de eleições que se fecham Tribunais. A partir de setembro estamos praticamente em campanha eleitoral. É evidente que não se pode sindicat nos Tribunais, mas a Ordem dos Advogados decidiu apresentar uma queixa-crime contra quem aprovou o

decreto-lei do novo mapa judiciário. Vou ser a subscritora da queixa-crime, o que seguramente me trará alguns transtornos e incómodos no futuro, mas entendo que não podendo ser sindicada a decisão, é preciso responsabilizar quem anda a subverter os princípios de um estado de direito, porque este desmorona-se se não houver um sistema de justiça acessível a todos os cidadãos. Já alguém se lembrou, lá pelos anos de 88, criar um tipo legal de crime que diz exatamente que os políticos, os titulares de cargos políticos, podem ser responsabilizados por ação ou omissão que subverta os princípios das regras do estado de direito. Vamos sim, apresentar essa queixa-crime e tentar ver se em Portugal é possível responsabilizar criminalmente um político que está a condenar, ou está a privar um país, de uma justiça pública administrada por Tribunais, que está a condenar toda uma região, todo o interior do país à mais profunda desertificação pelo impacto que a extinção de Tribunais tem no desenvolvimento económico das localidades. Há uma resposta que não foi dada há pouco e devia dar. Dr.<sup>a</sup> Lourdes tenho muita pena, mas realmente as Câmaras não podem assumir a administração da justiça. Isso foi proposto pelo Senhor Presidente da Câmara à Senhora Ministra da Justiça. De resto pelo Senhor Presidente da Câmara e por outros Presidentes que suportariam, totalmente os encargos com a gestão corrente do Tribunal luz, água edifício. Houve quem quisesse dar edifícios, fizeram um pouco de tudo, mas acho que isso não é possível. A Senhora Ministra não transigiu na sua decisão, não pode haver outro tipo de transferência de competências e aí diria, ainda bem que não pode, porque isso colocaria em causa as tais garantias de imparcialidade e de isenção que só os Tribunais como órgãos de soberania podem ter".

O Dr. Vítor Cardoso fez referência à queixa-crime que vai apresentar contra a Senhora Ministra e o governo. Há um lado importante em volta da lei, todos temos direito a uma justiça rápida mas está a verificar-se em alguns Tribunais, posso dar o exemplo em concreto, porque são seus processos, que já está a funcionar a nova reforma judiciária, em que em duas oposições a execuções deduzidas recentemente, foram marcados os julgamentos já com o novo juiz que irá assegurar em setembro a tutela, execuções para março e abril de 2015. Não sabe se a Ordem dos Advogados tem presente, pois são decisões desta semana. É importante a Ordem dos Advogados ter conhecimento porque estão a marcar julgamentos para quase um ano depois.

A Senhora Bastonária respondeu que não abordou esse assunto porque se tem que ter o cuidado ao fazê-lo porque não está a falar para advogados. Uma questão que não abordou que é importante, e que tem a ver com a afetação dos juízes aos Tribunais. A afetação que vai ser feita, dos juízes aos Tribunais permite garantir que os Tribunais funcionem. Em São João da Pesqueira não sabe os números de cor, mas, por exemplo, em Almada no Tribunal das execuções, cada juiz fica com setenta mil processos, aí se vê como é possível tramitar setenta mil processos. Por isso é que lhe disse, Senhor Dr., se for em março de 2015 a coisa não está má de todo, porque se formos para Comarcas como Sintra, Almada, Loures e por aí fora diria que lá para 2017, com sorte. É outra questão que não tem sido abordada, por não ter a mesma relevância, mas que a preocupa. Nos Tribunais especializados vão concentrar-se os processos todos, por exemplo das execuções de todo o distrito de Viseu e depois põem um juiz ou dois, para tramitar todas as execuções e significando que naturalmente os processos vão estar parados, e o ficar parado, tem sempre um custo. A justiça naturalmente tem que ser

rápida, de resto não deixa de ser curioso, toda esta reforma assentar numa exigência da Tróica. A Tróica não disse fechem-se Tribunais, nem encerrem o Tribunal de São João da Pesqueira, a Tróica nem sabe onde fica São João da Pesqueira, a Tróica disse a Portugal para ser competitivo, têm que ter uma justiça eficiente e célere. A Senhora Ministra da Justiça, numa primeira entrevista disse que quem exigia o encerramento de Tribunais era a Tróica. Depois de ter mandado traduzir, e ter visto o memorando, não está lá nada disso. Publicamente, veio depois reparar, e dizer que efetivamente, num primeiro momento a Tróica não exigia, mas que hoje é uma exigência. "Portanto para lhe dizer Senhor Dr., mais que não fosse por esse motivo, a rapidez eficiência e celeridade seguramente não ficarão asseguradas no novo mapa judiciário".

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu à Senhora Bastonária e ao plenário. Pensa que alguns estarão convencidos, outros meio-convencidos, outros nem por isso. Colocou à consideração o encerramento deste ponto. Com a proposta apresentada pela Senhora Bastonária e pelo Presidente da Câmara, a fim de se estar em Lisboa dia 15 de julho às 14:30h na manifestação contra o encerramento do nosso Tribunal e de todos os Tribunais. Pôs à consideração do Plenário. A proposta foi aprovada por unanimidade. Agradeceu à Senhora Bastonária em nome da Assembleia Municipal e do Executivo, em nome de todos os munícipes de São João da Pesqueira, convidando-a para um Porto de Honra que foi servido no átrio da Câmara Municipal. Após este breve intervalo retomar-se-á a ordem dos trabalhos.

#### **Ponto 4- Análise, discussão e votação da Proposta de Nomeação do Revisor Oficial de Contas:**

O Senhor Presidente referiu que o artigo 76º do regime financeiro das autarquias da lei 73/2013 obriga que haja um auditor externo que seja responsável pela certificação legal de contas. Foram apresentadas propostas através da CIMDouro e foi tratado este assunto. A pessoa que nos ofereceu melhores condições foi o Dr. José Alberto Figueira Fonseca Lima. Além de estar na região, faz parte da vinicultura do nosso concelho com a exploração de uma quinta em Soutelo do Douro, tendo afinidade com o nosso concelho. O conhecimento que tem dele é superficial, embora as informações que obteve através da CIM é de que tem feito um bom serviço noutras Câmaras. Sendo assim, propõe por todas as razões expostas, a nomeação desse Revisor Oficial de Contas para a Autarquia da Pesqueira.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém se queria inscrever para debater esse assunto.

Interveio o Engenheiro Sebastião Mesquita questionando quais foram os critérios de escolha do Revisor Oficial de Contas.

O Senhor Presidente respondeu que os critérios foram a apresentação do curriculum e apresentação dos valores mais baixos, não tendo havido nenhum caderno de encargos.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta de nomeação de Revisor Oficial de Contas a votação. Os Senhores Sebastião Mesquita, Vítor Tomé e Vítor Monteiro abstiveram-se, tendo sido aprovada por maioria.

#### **Ponto 5 - Cumprimento do n.º2 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal – Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva avaliação:**

O Senhor Presidente iniciou a explicação deste ponto, lembrando que depois de terem analisado a intervenção na anterior Assembleia, chegaram à conclusão que todos os documentos pedidos pelo Senhor Silva Fernandes, na altura, faziam parte integrante dos apresentados, relativamente ao inventário de todos os imóveis da Câmara. Não sabe se ainda tem alguma dúvida. Refere que lhe foi entregue um relatório, onde estão as páginas do balanço, a amortização, as revisões, o ativo bruto e o mapa sínteses de bens inventariados. Se alguma dúvida existir, traremos de novo o assunto à Assembleia, mas confirmou-se que o pedido solicitado estava todo plasmado nos documentos.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições depois das palavras do Senhor Presidente.

O Senhor Silva Fernandes disse ao Senhor Presidente que reservará os seus comentários para uma próxima oportunidade, para lhe demonstrar que não é isso que se pede, nem o que a lei permite, mas respeita a sua opinião, que se entende como uma oposição do executivo.

O Senhor Sebastião Mesquita lembrou ao Senhor Presidente que na última reunião de Assembleia surgiram algumas dúvidas acerca disso e não foi desta forma que o Senhor Presidente respondeu, sugerindo que ouvisse a gravação.

O Senhor Presidente da Assembleia reitera o facto de que não havendo nenhuma disposição em contrário, considerando que foi dado cumprimento ao número 2 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal e que o mesmo faz parte do documento de prestação de contas mas agendado como consta da ordem de trabalhos da reunião, este ponto fica esclarecido. Referiu ainda que efetivamente foi aprovado um documento de prestação de contas, onde estava incluído esta matéria também, tem consciência de que se levantou a problemática de não estar explanado o inventário como era desejável. A Assembleia aprovou o documento e, ao aprovar, o assunto está concluído. Na Assembleia anterior permitiram a aprovação do mesmo, agora surge esta nota, compreendia perfeitamente e a sua opinião era a de não votação, tendo sido uma proposta do Senhor Norberto Vieira. Ficou de vir hoje à reunião a informação mais esplanada, o que realmente se verificou. Quanto a este ponto a informação solicitada na anterior Assembleia ao executivo sobre os bens imóveis e património de São João da Pesqueira foi prestada. O Senhor Silva Fernandes discorda da forma como estes elementos foram apresentados, poderíamos estar a fazer uma votação diferente, mas como vem o ponto na ordem dos trabalhos dá-se a informação na altura devida. Apenas há a discordância do Senhor Silva Fernandes, relativamente à forma como foi tratado este ponto, se há discordância, da parte dos elementos o Senhor Norberto Vieira faça o favor de se manifestar, por se ter pronunciado sobre este tema com uma proposta.

O Senhor Norberto Vieira refere que o Senhor Silva Fernandes já respondeu por todos ao dizer que não concorda com o sistema que foi apresentado.

O Senhor Presidente refere ao Senhor Norberto que o que está em causa não é nenhuma votação, o que está em causa é uma informação que foi discutida na última Assembleia e por ter sido levantada uma dúvida por um Membro da Assembleia Municipal que suscitou algumas dúvidas. Todos nós concordamos ser um documento técnico, um balanço, um documento de apresentação de contas. Na Assembleia anterior fora apresentado um documento, que acharam que a informação pretendida não constava do



mesmo, ao analisar o que estava em causa perceberam que toda a informação prestada, conforme determina a lei, estava apresentada nos documentos de prestação de contas.

O Senhor Norberto Vieira mencionou que quando levantou o problema, queria uma coisa mais palpável, agora todos nós votamos o orçamento em termos matemáticos. Aquilo que o Senhor Silva Fernandes queria era mais que fosse concreto, de onde vinha e o que existia.

O Senhor Silva Fernandes disse compreender a posição do Senhor Norberto Vieira e concorda com ele. Quando disse que a informação está dada na opinião do Executivo, entende que não é essa a situação, reservando o seu direito, de mais tarde, poder dizer porquê. Relembra que o Senhor Norberto Vieira levantou um problema, sobre o inventário do cadastro, nesse inventário aparece um regulamento que não estava aprovado que foi aprovado em reunião de Câmara, mas não veio à Assembleia. Falou no inventário porque o Senhor Presidente também respondeu que já estavam placas e marcos e queria saber onde. Já perguntou a vários Presidentes de Junta e eles dizem-lhe que não, e na Pesqueira não encontra nenhuma. A questão do Senhor Norberto Vieira é em relação ao que se levantou nessa reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se estavam esclarecidos. Após obtenção de resposta afirmativa, passou ao primeiro ponto: Atividade Municipal.

#### **Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal**

O Senhor Presidente da Câmara referiu ser a atividade que o Município levou a efeito, na qual é referenciada a situação financeira, à data da sua elaboração. Se houver alguma dúvida, ou alguma questão poder-se-á esclarecer.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para intervenções sobre este ponto.

O Senhor Sebastião Mesquita afirmou que dois meses de Atividade Municipal também coincidiram com o final das aulas e muitas atividades com as crianças que são necessárias. Quanto a obras temos as do Museu e das lombas. Neste período surgiu uma situação que é a questão do Senhor José Carlos que se aposentou e continua a trabalhar aqui no Município. Perguntou se é um cargo de nomeação. Certamente que a Câmara está a pagar-lhe a recibos verdes. Gostava de saber se a Câmara está disposta a pagar-lhe a reforma e se pode acumular as funções com dois ordenados. Sendo assim, estará a ganhar mais que o Senhor Presidente da Câmara. Ele não pode acumular o vencimento dos recibos verdes mais a reforma e gostava de ser esclarecido.

O Senhor Silva Fernandes, quanto à atividade do município, referiu que na reunião de vinte e oito de fevereiro apresentou um documento sugestão, em verdadeiro espírito de colaboração com o Executivo e com o objetivo de maior rigor, trabalho e transparência da Atividade Municipal. Apresentou-o num modelo simplificado que mereceu uma recusa de que não seria assim, e não ia ser assim, nem ia ser nada alterado. Felizmente alguma coisa foi alterada e por isso quase que tem vontade de felicitar o Executivo. Entende-se que é uma pequeníssima melhoria e é insuficiente pela razão de a informação da Atividade Municipal dever ser do Senhor Presidente com base na estratégia que se apresentou ao eleitorado e o seu cumprimento, seguida de um relatório mensal de todos os departamentos e complementada com o

relatório do departamento financeiro e os respetivos custos. Assim ficava-se esclarecido e não havia dúvidas para ninguém. Só põe uma questão em relação a esta informação, que seja informado com alguma ligeireza em relação à informação. É que o saldo de operações orçamentais é de 185 mil 151 e 70 euros e não é o valor que consta da informação, qual é a verdadeira? A informação que tem é de que o saldo das operações orçamentais é de 185 mil 151 e 70 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou onde podia ver essa informação. Onde estaria a informação que o Senhor Silva Fernandes referiu de um valor diferente do saldo de operações orçamentais.

O Senhor Silva Fernandes continuou a sua intervenção dizendo que não era brincadeira nem tinha piada, porque se esqueceram de mudar a data, a data que está na informação é de abril de 2014, e não de junho e estas coisas não podem passar assim para uma Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu a retificação.

Interveio o Senhor Vítor Monteiro que verificou com agrado que se tentou evitar aqueles adjetivos que não mediam nada. Este primeiro ponto da segunda página sobre a "construção das lombas de segurança rodoviária". Diz custar-lhe muito compreender como é que uma lomba pode proporcionar segurança, aliás no código da estrada o que sinaliza uma lomba é um sinal de perigo. Já estive para trazer este assunto à Assembleia pois no que toca à Avenida das Dessarges era necessário que se arranjasse um mecanismo que disciplinasse a velocidade, aquilo que lhe passou pela cabeça é que se arranjasse um método atual e não do século passado, pensou em semáforos que regulassem a velocidade, porque a seu ver quando se fala de segurança, tem que se falar na segurança de todos os intervenientes do espaço e uma lomba não garante isso. Aos mais distraídos, o que lhes pode acontecer, além de prejuízo é que podem ter ali algum traumatismo. No caso de um semáforo já seria diferente. Aos mais distraídos o que lhes poderia acontecer era andar a pé. O que lhe faz alguma confusão é um Executivo jovem como este, da era das novas tecnologias, acabe por arranjar soluções para problemas presentes com soluções do passado. Sobre a participação na feira de agricultura em Santarém, tal como o Senhor Presidente também acha que não é um gasto mas é um investimento, se a determinada altura compararmos os custos com resultados finais. Participou-se nessa feira já algumas vezes, pergunta se já foi feita a avaliação e se compensa a nossa presença nessa feira.

O Senhor Teófilo dos Anjos, em relação à Atividade do Município, queria demonstrar a sua satisfação pela aprovação da candidatura de apoio e financiamento aos sapadores florestais, pois considera que desde que foram criados têm feito um trabalho excelente e o nosso concelho é bastante extenso, com bastantes caminhos agrícolas e áreas florestais. Têm sido incansáveis não só nesse trabalho, como na vigilância aos incêndios. Gostava de saber se os agricultores têm aderido ao levantamento topográfico e qual é no fundo a sua adesão a este serviço.

O Senhor Presidente afirmou que realmente o Senhor José Carlos está reformado. Não percebeu qual era a necessidade de colmatar um lugar com a abertura de um procedimento concursal. Disse que neste momento a pessoa que referenciou está ligada aos serviços. Já noutras situações idênticas aconteceu o mesmo, com benefícios próprios para a Autarquia. Não pode responder concretamente a tudo, porque está-se à espera da resposta da Caixa Geral de Aposentações. Até hoje não se obteve resposta. Neste momento o Senhor em questão está a receber aposentação e está a receber

um valor da prestação dada pela Câmara. Esse assunto foi discutido em reunião de Câmara, ficando incumbido de quando tiver resposta de dar essa informação. Tem a certeza que neste momento continua a ser uma mais-valia para o Município. Na intervenção do Senhor Vítor Monteiro entende que nem todas as novas tecnologias são as melhores. Em Ervedosa há uns semáforos que raramente funcionam não sabe porquê. Foram feitas reuniões com os pais, com entidades que estão ligadas à segurança rodoviária e foi o que nos aconselharam. Tem visto noutras localidades situações análogas, não quer dizer que sejam melhores ou piores, foi o que aconselharam. Acha-se que aquela produz maior segurança naquele espaço. Quanto à feira de Santarém não é fácil avaliar diretamente os custos e os proveitos que possam trazer as deslocações a eventos desses, a intenção é estarmos presentes e dar a conhecer. Quem estiver interessado em saber se as pessoas vendem mais, ou vendem menos que vão ver como aplicar novas tecnologias à agricultura. O objetivo da Câmara é que as pessoas participem, tenham novos conhecimentos e possam dinamizar os seus produtos. Está-se a elaborar um relatório para apresentação pública. Ao Senhor Teófilo dos Anjos, referiu que um dos responsáveis, o Engenheiro Júlio Félix, lhe deu os parabéns porque realmente o espaço que existe está a ser muito aproveitado e os próprios agricultores o têm abordado referindo que agora na Pesqueira já começam a ter outro atendimento. O feedback é que está a ser uma mais-valia para o apoio a quem precisa.

O Senhor Sebastião Mesquita questionou se o Senhor José Carlos está aposentado, quanto ganha e se acumula as duas situações, quanto a Câmara está a pagar e se está disponível a dar os números. Se o Senhor tem que informar a Assembleia não pode andar com rodeios. Se não os sabe, informe-se e pede a resposta por escrito.

O Senhor Presidente disse que de momento o Senhor José Carlos está a receber a reforma e está com contrato de prestação de serviços. Foi solicitada à Caixa Geral de Aposentações que se pronunciasse se pode acumular ou não, se puder acumular, oportunamente tratar-se-á a situação.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se há mais alguém com intenção de se inscrever em relação à atividade Municipal. Não havendo dá por encerrado o assunto.

O Senhor Presidente – mencionou que, como o Senhor Silva Fernandes não está, emitiu a opinião sobre um documento que realmente, os valores estão corretos, assume o erro da situação não é 10 de abril, mas de 16 de junho de 2014, está em baixo. Foi erro de data, tem de compreender que vamos fazendo a atualização e por lapso passou essa data, tem toda a razão aquando desse reparo. Quanto ao apoio ao cooperativismo não dissera que ia voltar à Assembleia. Na altura disse que estava em causa o apoio a uma candidatura nomeadamente da cooperativa dos Olivicultores do Castanheiro do Sul. As alterações que o Senhor Silva Fernandes queria introduzir, e que já tinha sido discutido, o mesmo estivera em discussão pública durante 30 dias, aliás foi a reunião de Câmara uma vez, não foi aprovado porque nessa reunião de Câmara chegamos a acordo que devia ser reformulado. Foi novamente a reunião de Câmara com a indicação de alterações, esteve na altura 30 dias em discussão pública. Já voltou a reunião de Câmara sendo aprovado e depois à Assembleia. No mínimo penso que estaríamos a brincar com as Associações. O que propôs na altura foi que se aprovasse e que então posteriormente fizessem chegar novas sugestões que poderiam ser aceites. Não disse que ia apresentar um novo, sabe que o Senhor Silva Fernandes já

apresentou e estamos a analisar as propostas que fez. O Senhor Silva Fernandes insiste na reformulação da informação, nós achamos que não, somos intransigentes e vamos alterando. No fundo o que interessa é que a informação seja apresentada de uma forma limpa, aberta e concisa.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que não pretendia de modo algum fragilizar a situação exposta, mas de facto está em ata e ela é pública, está na internet e ficou de se trazer em junho novamente o regulamento para possíveis alterações.

O Senhor Presidente disse que de qualquer das maneiras se estiver em ata pode ter passado e assume isso. Está a ser discutido, o Senhor Silva Fernandes mandou algumas sugestões para a ata e estão a ser analisadas, ainda não conseguimos parecer. Terá que ir primeiro a reunião de Câmara para poder ser aprovado. Aceita sugestões para posteriormente ver se há interesse ou não de se alterar esse documento, e caso haja benefícios, voltar à Assembleia para proceder à alteração e aprovação do mesmo, para as Associações que a autarquia tenha capacidade de resposta.

O Senhor Presidente da Assembleia teve em consideração os esclarecimentos e deu por terminado este ponto da ordem de trabalhos. Fez um agradecimento pelo esforço de tantas horas de Assembleia, solicitou aos Senhores Presidentes de Junta em termos de final de sessão para que ficassem dois minutos para que o Vice-Presidente, Senhor Vítor Sobral pudesse trocar algumas palavras com eles.

O Senhor Presidente queria responder ao Senhor Engenheiro Sebastião Mesquita, ia concluir precisamente com o valor que o Senhor José Carlos está a auferir neste momento na prestação de serviços que é de mil e setecentos euros. Não tem bem presente, mas vai fazer chegar a informação a todos os presentes. Ia fazê-lo quando o Senhor Sebastião Mesquita se ausentou. Isso é público e não tem nada a esconder.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

#### **ENCERRAMENTO:**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a sessão, às vinte horas e quarenta cinco minutos. Foi lavrada a presente ata que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos membros que compuseram a mesa.

